

**TERRITÓRIO, AMBIENTE E TRAJECTÓRIAS DE
DESENVOLVIMENTO**

**LUCÍLIA CAETANO
(COORDENAÇÃO)**

**COIMBRA - 2003
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS – UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Norberto Pinto dos Santos*

As referências centrais deste trabalho vão para a cidade de Coimbra e para a sua organização enquanto espaço de vivências, de oferta de serviços e promotor de mobilidades associadas ao quotidiano dos seus habitantes. A caracterização das centralidades relacionadas com as funções centrais, as acessibilidades e o ambiente urbano contribuem para definir a orgânica interna de uma cidade que se assume, hoje, como metrópole regional. Esta “impõe”, à população que nela reside e que dela faz uso, modos de ser e estar que, resultando de percepções diversas, são responsáveis por comportamentos específicos. Procura-se perceber como os espaços e os tempos concorrem para a formação do “ambiente urbano” de Coimbra.

INTRODUÇÃO: ESPAÇO DE PRÁTICAS

O espaço é para Durkheim indissociável da sociedade que o habita, e é na relação que se estabelece entre ambos que se deve procurar a explicação para os tipos de organização que manifesta (SILVANO, 2001, p. 9). A morfologia, as práticas e as representações passam a surgir como três dimensões mediadas pelo espaço, mas independentes e não necessariamente coincidentes (...) e o espaço passa a exigir a presença de múltiplos níveis de análise (SILVANO, 2001, p. 12).

Na realidade, o espaço é, também, a ausência de ocupação, é “onde não há nada”. Efectivamente, existe um espaço que é SUPORTE/EXTENSÃO de outras expressões espaciais. Fluido, impreciso e necessariamente adjectivado (social, natural, urbano, geográfico, humanizado, ...) serve de materialização de vivências, percepções e representações.

Já anteriormente, noutros trabalhos, se afirmou, em relação ao espaço a concordância com GAMA (1992), que lhe atribui o papel de produto e produtor. Esta abordagem, por seu turno, situa-se e sustenta-se nas referências às práticas de relação, à representação do espaço e ao espaço de representação de LEFÈBVRE (1970 e 1974). “Remetendo para a interpretação estruturacionista (GIDDENS) do fenómeno, GAMA valoriza significativamente quer o espaço palco de acções, quer a influência que um espaço — onde uma imensidade de actos acontecem, modificando-o e reestruturando-o — tem sobre os protagonistas da acção” (SANTOS, 2001, p. 210).

Assim, o espaço define-se entre percepção e representação, valorizando a conceptualização do real, a actividade complexa de simbolização desse real, integrando a relação entre grupos e pessoas, como o espaço de vida, filtrado pelo imaginário.

* Centro de Estudos Geográficos de Coimbra

HALBWACHS, em 1950, defende que o espaço é o suporte ideal para as nossas memórias, tanto colectivas como individuais. “A organização material do espaço aparece como uma espécie de garante da manutenção e transmissão da memória do grupo. Primeiro, porque o grupo “molda” o espaço, ao mesmo tempo que se deixa “moldar” por ele; segundo, porque o espaço fixa as características do grupo” (SILVANO, 2001, p. 13).

É nesta perspectiva que se entende a valorização de outros espaços: os de vida e os vividos.

A, hoje, algo fluída noção de espaço vivido, como o afirma o próprio FRÉMONT (1990, p. 19), tema que trata na sua obra *La région espace vécu* (1976) é algo que valoriza tanto a complexificação de Durkheim, como a representação de Lefèbvre ou Bailly.

O espaço é expressão de práticas de grupos e pessoas e implica o reconhecimento dos lugares frequentados, a valorização de itinerários, de rotinas, de familiaridades. Todavia, por oposição, também está relacionado com o distanciamento e com o desconhecido, que ABRAHAM e MOLES utilizam para centrar em cada um de nós o ponto de partida para todas as esferas dos nossos espaços de vida.

Como referimos anteriormente noutro estudo (SANTOS, 2001), o espaço serve como enquadramento de acções, como estrutura de referência, existindo durante o século XX, a obsessão pelo espaço, porque estamos na época da simultaneidade, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso (FOUCAULT, 1960, citado por GREGORY, 1984).

Também perspectivando a organização espacial, os discursos urbano e regional de SCOTT (citado por GREGORY, 1984) definem-se pelos problemas, pelas necessidades, pelos interesses e pelas práticas que surgem na sociedade capitalista tardia, uma vez que as relações sociais e de propriedade que aí predominam são projectadas no espaço. Está-se então em presença de espaços vividos, associados à criação e ao ordenamento. Como nos diz MÉO (1998, p. 107) “o conceito de território que reúne as noções de espaço social e espaço vivido (...) implica quatro significações suplementares: alteridade: ele descreve fundamentando-se nos dados (espaciais) da geografia a inserção de cada pessoa num grupo ou grupos sociais de referência; política: ele traduz uma forma de separação e controlo do espaço, garantindo a especificidade e a permanência, a reprodução dos grupos humanos que o constroem; ordenamento/simbolismo: campo simbólico em que elementos contribuem para a afirmação do sentimento de identidade colectiva dos homens que o ocupam; o tempo longo: a história matéria de construção simbólica dos territórios.

DO ESPAÇO SUPORTE AO ESPAÇO DE VIDA

Assumindo Coimbra como um território específico, a sua abordagem impõe referências diversas das interações entre quem regula, quem vive, como vive, onde vive e com quem convive.

Ao longo dos últimos anos, Coimbra têm sido o centro administrativo de uma região que tutela o Portugal Central. Hoje, Coimbra é uma cidade que se propõe coordenar uma área metropolitana. São 14 municípios (um deles do distrito de Aveiro) a que se prevê possam vir a juntar-se mais quatro (do interior serrano do distrito de Coimbra – Arganil, Oliveira do Hospital, Tábua e Pampilhosa da Serra) que congregaria “a geografia, a história e a sociologia de um espaço incontornavelmente ‘inclinado’ para Coimbra” (As BEIRAS, 16 Janeiro 2003). De inegável importância enquanto centro de serviços, especialmente os relacionados com a Saúde, com a Educação e com a Cultura, o seu investimento ao nível do Comércio tem sido de menor importância. Tal circunstância está na origem da existência de uma terciarização menos marcante territorialmente e, sem dúvida, comparativamente, menos influente em termos de imagem.

Esta realidade ganha expressividade especialmente quando se comparam os diversos níveis de Distribuição existentes. Com uma capacidade regulatória muito importante, materializada nos diversos órgãos administrativos desconcentrados, que lhe permitem níveis de coordenação significativos, a cidade mantém, todavia, um aparelho comercial débil, quando comparado com outras cidades do mesmo espaço de actuação (a Região Centro).

Emparedada entre a serra (o Maciço Marginal de Coimbra) e o rio (o Mondego) a promoção das acessibilidades no espaço suburbano e periurbano próximo tem-se mantido demasiado dependente dos condicionalismos físicos. Isto sucede devido a vontades políticas pouco definidas, pouco motivadas ou despreocupadas.

Hoje a cidade encontra-se integrada em dinâmicas nacionais com grandes investimentos envolvidos, embora, sofrendo, com frequência, de timidez crónica. O projecto da Ponte Europa, A Capital Nacional da Cultura e o Euro 2004 Coimbra são “obras” que têm tido na realização e no projecto alguns problemas resultantes da “despreocupação” dos poderes envolvidos, se bem que, e especialmente no Euro 2004, esses poderes manifestem uma capacidade de realização meritória.

Pode-se começar por identificar como se expressa Coimbra espacialmente através da leitura da Fig. 1. Os espaços verdes de uso público e de protecção apresentam, com o Rio Mondego a servir de estrutura aglutinante, uma presença urbana significativa, envolvendo (na margem direita) ou preenchendo (na margem esquerda) os principais espaços construídos.

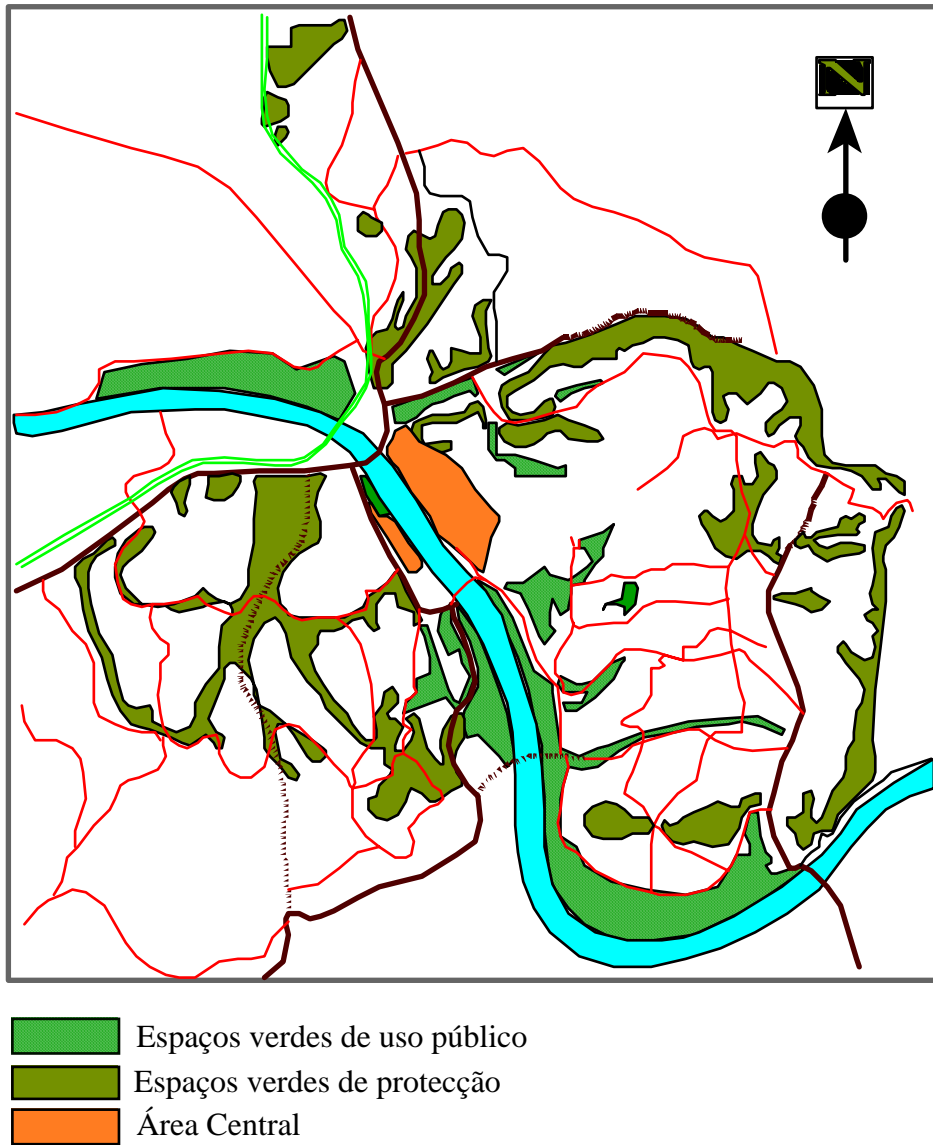


Fig. 1 — Os espaços verdes de Coimbra
 Fonte: *Urbanismo: Anos 90*. Câmara Municipal de Coimbra, DATA

No caso de Coimbra, a Área Central integra boa parte dos serviços e equipamentos de nível hierárquico superior para o centro urbano e para uma parte significativa da população da sua área de influência os que procura. Caracterizada pela valorização terciária, a Área Central assume-se, de modo crescente, como elemento segregador do espaço, afastando actividades que não conseguem a capacidade de licitação que lhes permita concorrer com outras que apresentam grandes efeitos multiplicadores e mais-valias muito significativas. Associada nas cidades europeias ao centro histórico, integra, lado a lado com a monumentalidade, algumas actividades de serviços (dos quais se destacam os relacionados com a banca, com os seguros, com a administração e com o terciário de comando) e comércios (vestuário especializado, sapataria, livraria, ...); e simultaneamente funciona como lugar de visita, de passeio e de interacção social, por excelência.

A importância do urbanismo e do poder regulatório do planeamento é determinante para minorar a tendência de segregação funcional. As requalificações urbanas precisam de medidas restritivas para alterar a capacidade negocial de algumas actividades. Um exemplo talvez permita uma melhor elucidação. Em Salamanca (cidade com 160.000 habitantes), algumas medidas de política urbanística impediram que a função residencial fosse afastada da Área Central (centro histórico), através da impossibilidade legal de alteração da área ocupada pelos prédios antigos e de coalescência de edifícios. Ao mesmo tempo impõem-se regras de construção específicas onde a garagem é fundamental, visto que não há possibilidade de estacionamento na via pública, embora em contrapartida apenas os residentes tenham acesso a essas áreas centrais através de um sistema de acesso selectivo

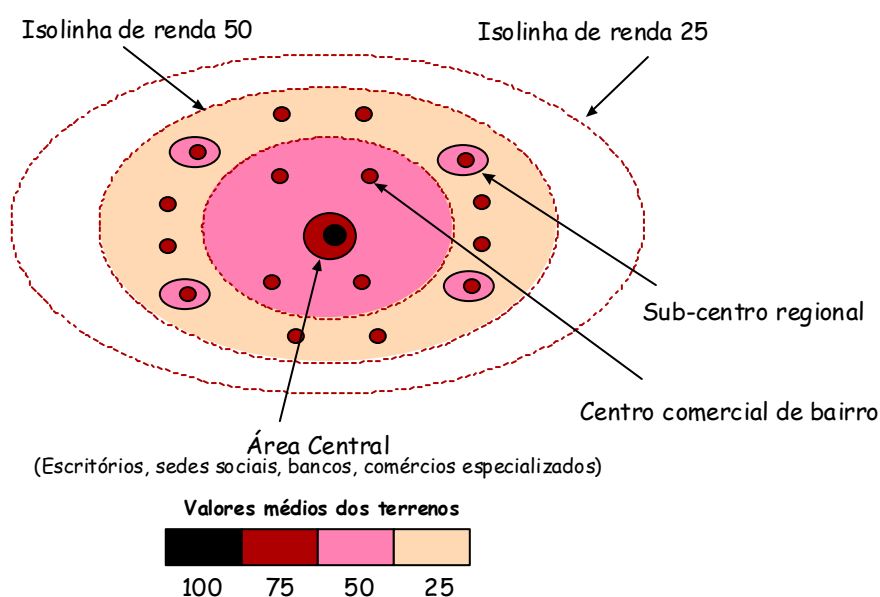


Fig. 2 - Valores médios dos terrenos e organização funcional da cidade
Fonte: POLÈSE (1994), citado por SCHOUMAKER (1996)

De facto, todo o processo de uso do solo urbano (Fig. 2) depende das rendas diferenciais, associadas às diversas funções centrais e dos valores dos terrenos; quer dizer, dependem da renda fundiária que permite uma aproximação à explicação da localização dos serviços nas cidades.

Como afirma SHOUMAKER (1996) “a localização tradicional dos serviços em meio urbano obedece a uma lógica de auréolas sucessivas organizadas em torno de uma centralidade, ela mesma correlacionada com o óptimo de acessibilidade. Porém, o modelo pode evoluir com o tempo: a centralidade pode deslocar-se para outro lugar e podem aparecer outras polaridades complexificando a lógica da localização das actividades”, como nos mostra a Fig. 3.

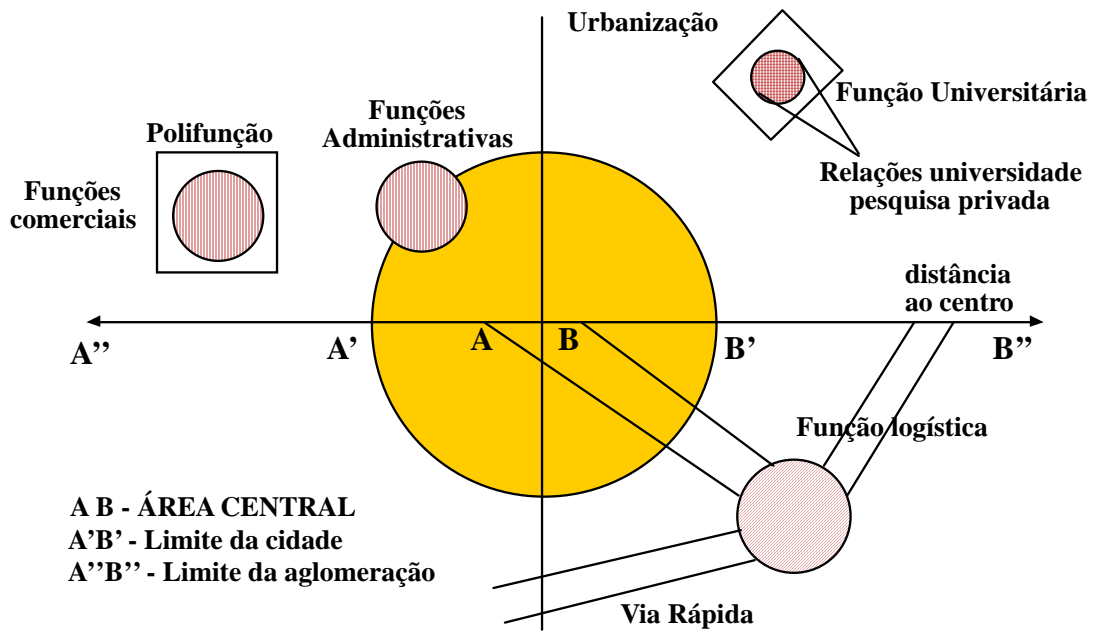


Fig. 3 - O Policentrismo monofuncional ou polifuncional da grande cidade contemporânea.
 Fonte: SCHOUMAKER (1996)

Este policentrismo têm-se tornado cada vez mais presente, não apenas nas grandes metrópoles, mas também em algumas cidades médias, como é o caso de Coimbra, como esquematiza LOBO (2001) que valoriza, precisamente, a importância da descentralização que cria novas centralidades

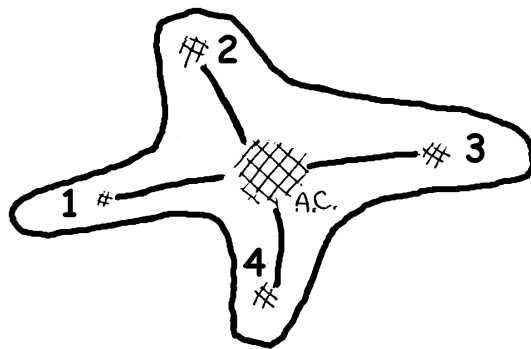


Fig. 4 - Áreas centrais secundárias.
 Fonte: Palestra proferida no Rotary Club de Coimbra, Abril de 2001

Efectivamente, a cidade distribui pelo seu território os equipamentos necessários à sua quotidianidade e a sua conjugação pode permitir a concretização de centros secundários que combinam serviços e comércio.

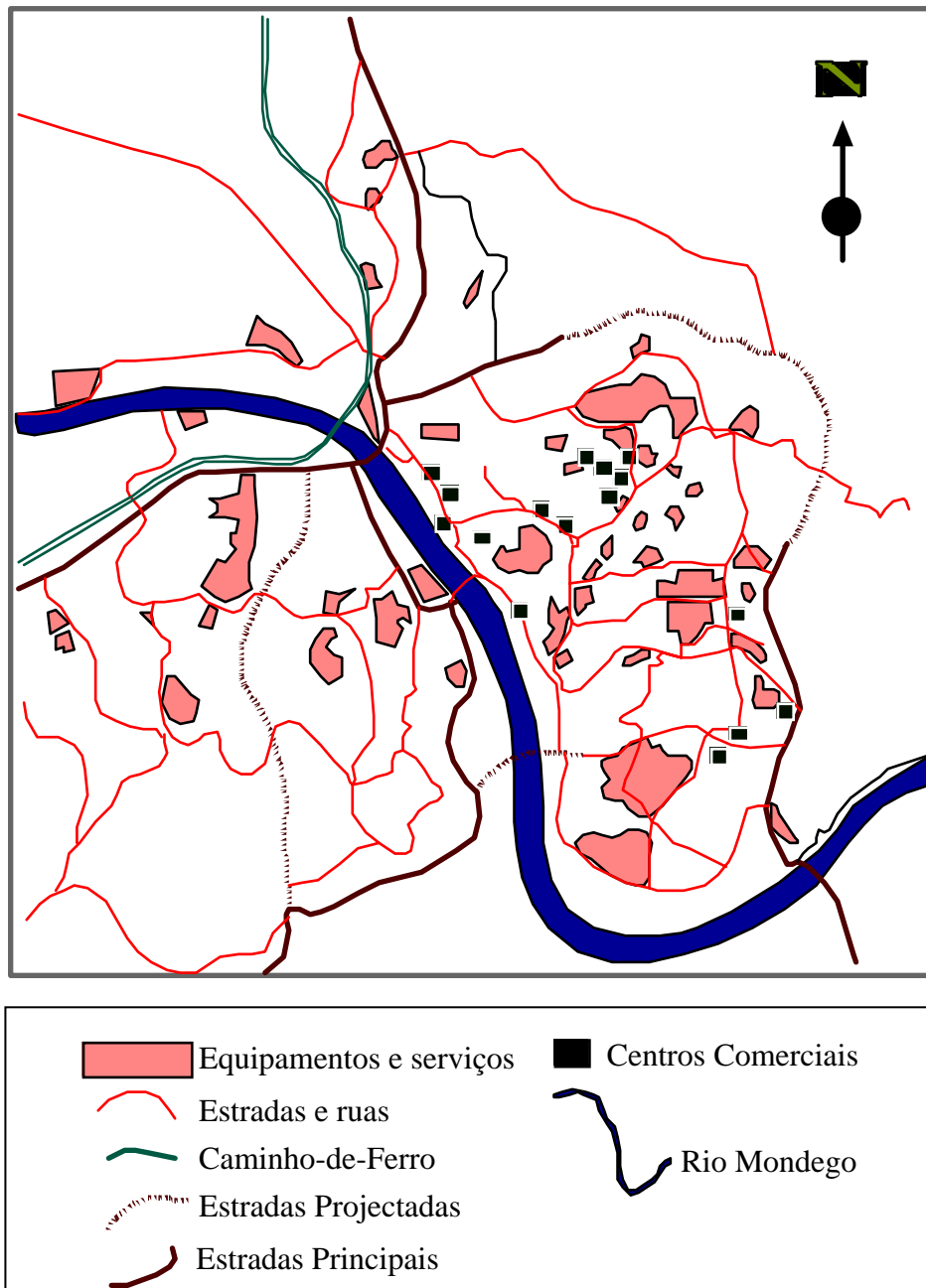


Fig. 5 - Equipamentos urbanos e centros comerciais em Coimbra
 Fonte: *Urbanismo: Coimbra Anos 90*. Câmara Municipal de Coimbra (1993) e SANTOS (2001)

As novas formas comerciais (centros comerciais com hipermercado) têm em Coimbra (Fig. 5) uma distribuição central e mesmo o único hipermercado existente apresenta uma localização não periférica. Este facto é limitativo quanto à capacidade atractiva da grande superfície. Hoje, em Coimbra, apenas o *Retail Parque Mondego*, com características morfológicas e funcionais entre o fórum e o hipermercado grossista, sai declaradamente da área da cidade e integra-se naquilo que se pode chamar as franjas da aglomeração urbana.

Todavia, uma cidade que se alcandora a sede metropolitana regional e que tem para oferecer à sua clientela potencial espaços comerciais tradicionais com acessibilidades limitadas - que o *light-train* sistemas de circulação rápida de passageiros (*Ecovia* e *Pantufinhas*¹) pode, de algum modo, modificar, se bem integrado em *interfaces* de transporte -; e grandes superfícies comerciais não periféricas, tendo, por isso, acessibilidades dificultadas; está demasiado debilitada na sua capacidade de distribuição e torna-se necessário criar espaços comerciais não centrais enquanto se apoiam os tradicionais.

A valorização do *continuum* rural/urbano (PAHL, RÉMY/VOYÉ, LEFÈBVRE) faz com que a mobilidade se torne um elemento estruturante do espaço e da sociedade. Esta característica, que promove a especialização espacial, não é, todavia, geral já que nem todos têm a mesma propensão ou capacidade de mobilidade. Assim, aquilo que se denomina como revolução das mobilidades, é-o, efectivamente, só para alguns, excluindo os outros, porque uma parte significativa do todo urbano impõe a utilização de meios de transporte diversos. Aliás, é a própria urbanização que hoje torna imprescindível este acréscimo de mobilidade.

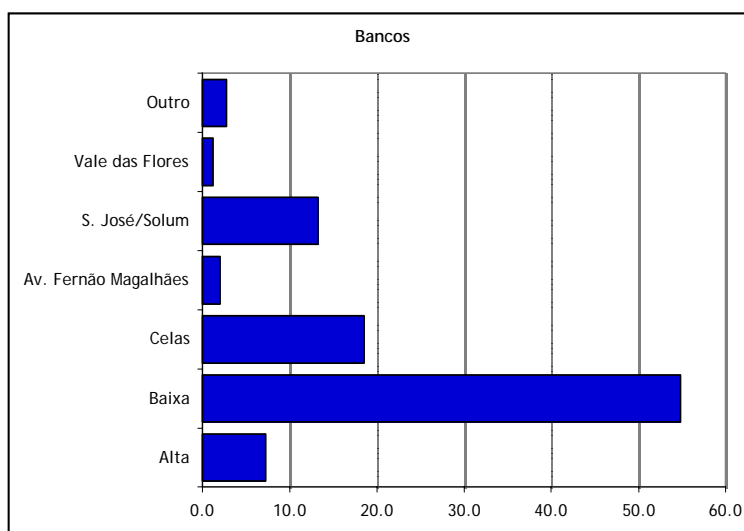


Fig. 6 - Os espaços associados à banca, em Coimbra.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Como atrás foi referido, certas actividades, pelas suas características funcionais necessitam de ocupar o centro das cidades, ou criar, elas próprias (aproveitando acessibilidades em conjugação com outras actividades), a suas centralidades. Um bom exemplo é o das actividades financeiras, especialmente a banca. A Baixa (Fig. 6) marca o centro, que aliás se subdivide entre as Ruas Ferreira Borges/Visconde da Luz/Sofia e a Av. Fernão de Magalhães.

¹ Autocarros eléctricos, efectuando um percurso de valorização do acesso ao Centro Histórico (Portagem, Arco de Almedina, Praça 8 de Maio, Elevador do Mercado D. Pedro V, Faculdade e Psicologia, Torre D'Anto, Sé Velha, Parque Manuel Braga), em sistema de "táxi colectivo" (paragem para entrada e saída em qualquer ponto do percurso).

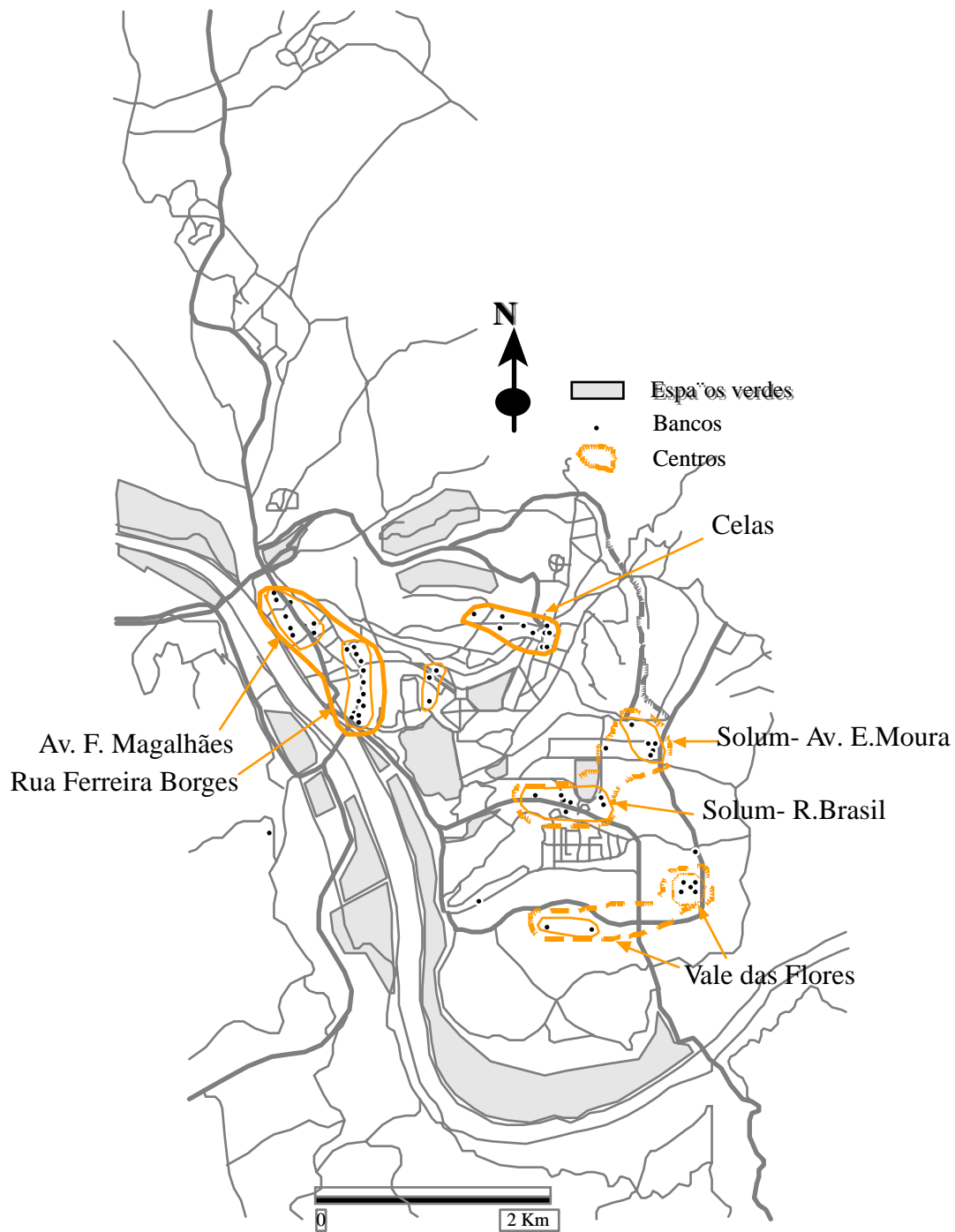


Fig 7 - Distribuição das agências bancárias em Coimbra.

Fonte: Elaboração própria com base em www.paginasamarelas.pt, Trabalhos práticos de Geografia das Atividades Terciárias (2002-2203) e levantamento próprio.

Esta concentração de actividades financeiras (que se tornaria ainda mais evidente se se lhe juntasse a actividade de seguros) mostra que a Baixa centraliza a cidade, mesmo que muitas pessoas passem semanas, até meses, sem utilizarem as suas ruas em deslocações pedonais. Este tipo de comportamento que promove a segregação da utilização espacial, é possível porque existem outros centros secundários, mais recentes,

que permitem a essas pessoas suprir uma parte significativa das suas necessidades fora da Área Central (a que muitas vezes se associam situações de algum risco e ambiente urbano menos saudável).

Uma análise de maior pormenor (Fig. 7) permite confirmar a definição de policentrismos na cidade de Coimbra. Como é evidente, a Baixa, ecléctica, com acessibilidades gerais importantes, polarizadora de poderes administrativos e prolixa em serviços e comércio, apresenta-se como a principal Área Central da cidade. Não é, contudo, necessário efectuar um grande esforço para identificar mais três áreas em expansão: Celas, que apresentando alguma tendência inicial monofuncional (saúde), é hoje, crescentemente polifuncional; Solum/Calhabé, que está a dar ao desporto e ao comércio/lazer um lugar de destaque; e Vale das Flores/Estrada da Beira, marcadamente comercial.

Importa, pois, saber que características evidencia uma Área Central. Por exemplo, Alain Garnier (1984) e Costa Lobo (2001) falam de:

- De valores simbólicos (monumentalidade no caso da Europa)
- De espaço de encontro
- Do comércio especializado
- Dos serviços de comando e regulação
- Dos escritórios
- Do apoio à população em circulação
- Da boa acessibilidade

Todavia, surgem outros aspectos que marcam a cidade no seu centro. A construção em altura, tão característica das Áreas Centrais das cidades americanas, pode ser um deles, especialmente nas áreas centrais secundárias no caso europeu. Em Coimbra, cidade média, essa construção pode ser associada a determinados lugares, precisamente valorizada nessas áreas secundárias (Celas, Vale das Flores, Solum) e em outras em que o preço do solo impôs a utilização de mais superfície acrescentada. Com uma organização radial, aproveitando os alinhamentos das vias, principalmente daquelas que oferecem mais acessibilidades às Áreas Centrais, os espaços de mais construção em altura albergam a função habitacional (excepção feita à Baixa e à Alta) e identificam os espaços de maior preço de uso do solo na cidade (conforme extrapolado de CARDOSO, 2002, p. 235, Fig. 1).

A situação na Alta e na Baixa corresponde a uma utilização de edifícios com serviços públicos, apostando no aumento da superfície acrescentada como modo de implantação no solo urbano (Hospital, Universidade, Assistência Social e Administração em geral).

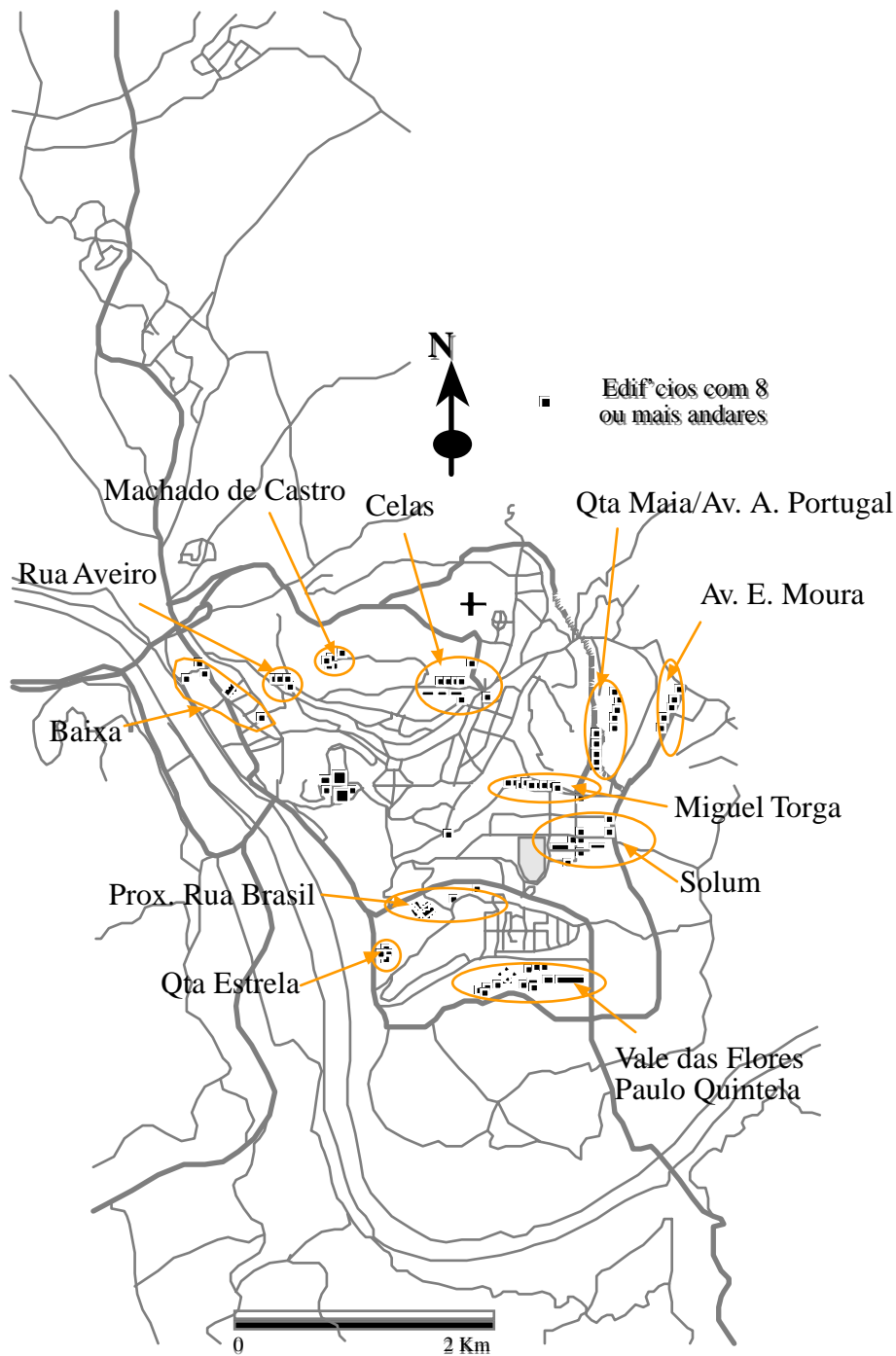


Fig. 8 - Edifícios com 8 ou mais andares na cidade de Coimbra

Fonte: Trabalhos práticos de Geografia das Actividades Terciárias, realizados pelos alunos em 2002-2003

Associado às centralidades e ao uso do solo está a capacidade de circulação viária urbana e periurbana. Influenciando de modo decisivo as acessibilidades da cidade, as estruturas viárias condicionam a qualidade de vida urbana e impõem ritmos próprios aos diferentes mosaicos da cidade. As áreas centrais são aquelas que concentram mais tráfego viário e necessitam, por isso mesmo, de melhores estruturas de circulação e de estacionamento.

É interessante verificar que a distribuição do estacionamento organizado na cidade (Fig. 9), onde é possível identificar duas tipologias diferentes — a céu aberto e subterrâneos —, mostra simultaneamente como se distribui a pressão sobre o solo urbano e as acções para o seu ordenamento.

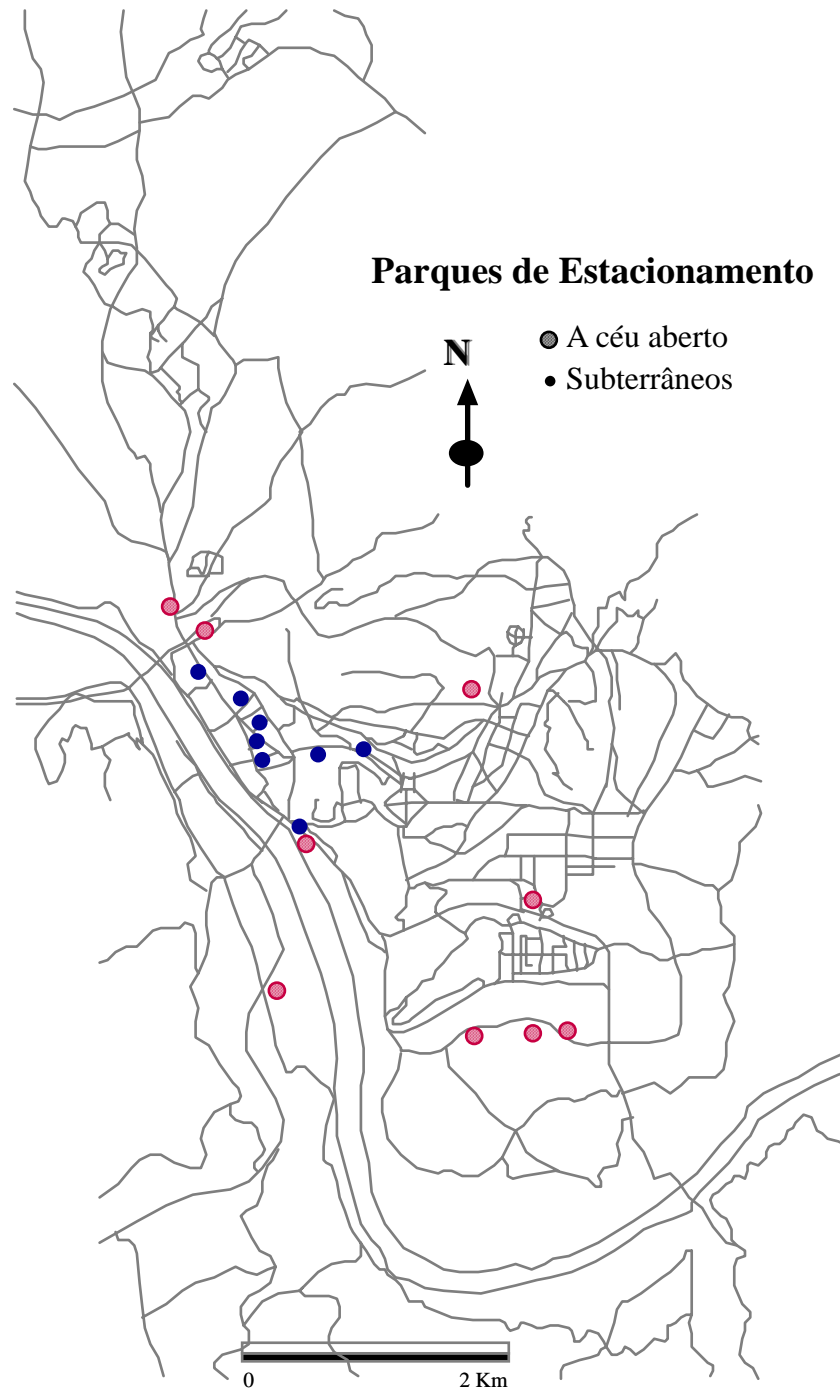


Fig. 9 - Parques de estacionamento na cidade de Coimbra
Fonte: Elaboração própria

Efectivamente, os estacionamentos subterrâneos localizam-se onde existe uma maior pressão sobre os espaços de circulação e sobre o solo urbano de um modo geral, enquanto os de superfície são indiciadores da tentativa de retirar o automóvel do centro

da cidade e promover a utilização de meios de transporte alternativos. Assim, é possível associar, nesta matéria, a Área Central Principal (Baixa) a formas de valorização da acessibilidade geral que tem vindo a perder.

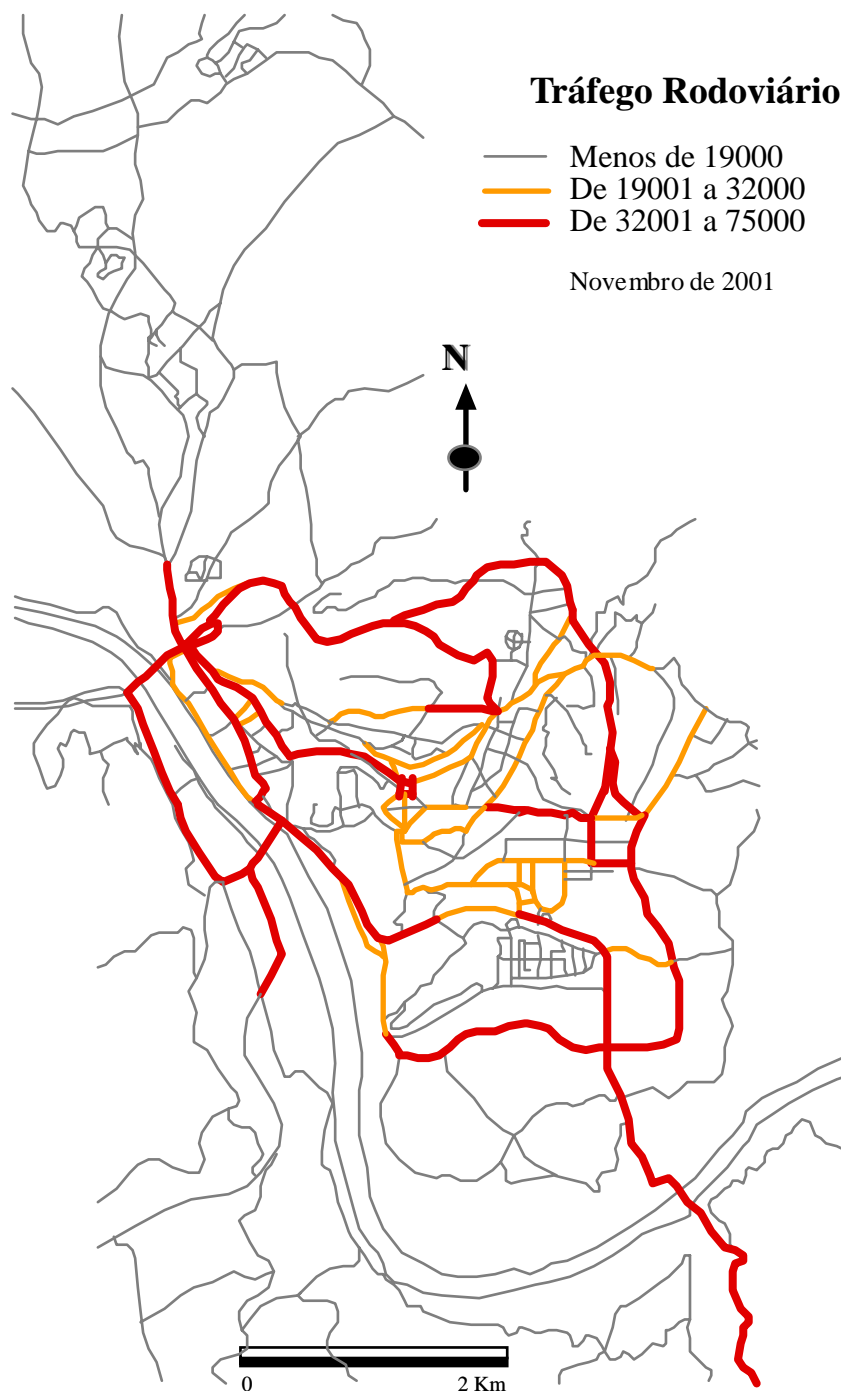


Fig. 10 - Tráfego rodoviário em Coimbra

Fonte: Trabalhos práticos de Geografia das Actividades Terciárias, elaborados pelos alunos em 2002-2003

De qualquer modo, uns e outros apresentam-se na proximidade das artérias que têm mais circulação automóvel (Fig. 10), a que se associam situações que debilitam o ambiente urbano (poluição sonora, poluição atmosférica, dificuldades de

acessibilidade). É possível, na Fig. 10, definir duas orientações. Por um lado, a importância da ligação entre as duas margens do Mondego na Área Central da cidade (Baixa); por outro lado, a tendência de circunvalação apresentada que permite sublinhar a importância de criar uma estrutura viária que permita uma circulação externa envolvente da cidade. Este acréscimo de acessibilidade está aliás projectado, mas “recesso” de tanto esperar, retirando qualidade de vida às populações que, diariamente, ou não, utilizam os mosaicos urbanos de Coimbra.

Obviamente que a cidade tem nas suas relações interurbanas uma parte significativa da sua valorização na rede urbana e Coimbra apresenta, segundo Álvaro Seco (2002, p. 185) dois grandes objectivos: a afirmação da cidade como a primeira entre as cidades de média dimensão pelo nível cultural, qualidade dos serviços prestados na saúde, qualidade dos serviços prestados no ensino, elevado nível e qualidade do emprego e qualidade de vida; a requalificação urbana das periferias, como extensões naturais do centro urbano, onde o Rio e outras barreiras tenham sido vencidas e rapidamente, possa ser oferecida outra e melhor qualidade de vida às populações.

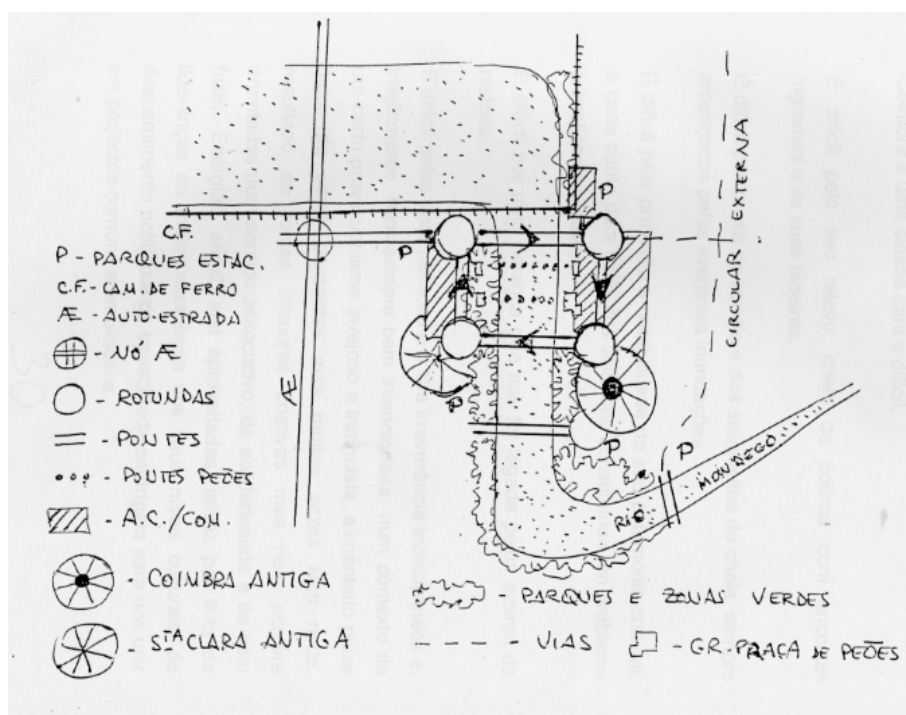


Fig. 11 - A organização da Área Central de Coimbra.
Fonte: LOBO (2001)

Estas questões são também centrais na perspectiva de planeamento urbano de LOBO (2001) (Fig. 11), ao evidenciar a importância do rio servir de âncora e não de barreira. Na verdade, hoje, a proposta do Polis Coimbra (Plano de Pormenor Eixo da Portagem/Av. João das Regras, Plano de Pormenor Parque Verde do Mondego, Ponte pedonal e ciclável, entre outros) parece ser demonstrativa da tomada de consciência da importância de um Mondego unificador

PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS NUM QUOTIDIANO DE MOBILIDADES E FUNCIONALIDADES: ESPAÇOS VIVIDOS E TERRITÓRIOS

Como foi dito em trabalhos anteriores (SANTOS, 2001), “a mobilidade residencial, a mobilidade quotidiana de trabalho e a mobilidade sócio-profissional, leia-se familiar, formam uma espécie de equação complexa. Numa mesma aglomeração, podemos mudar de lugar de trabalho sem mudar de lugar de residência e, inversamente, podemos instalar-nos na periferia da aglomeração sem romper com a frequência dos lugares de trabalho, recreio e de compras” THUMERELLE (1986, p. 23). Num espaço local e sub-regional, os movimentos pendulares de trabalho sobrepõem-se a todos os outros.

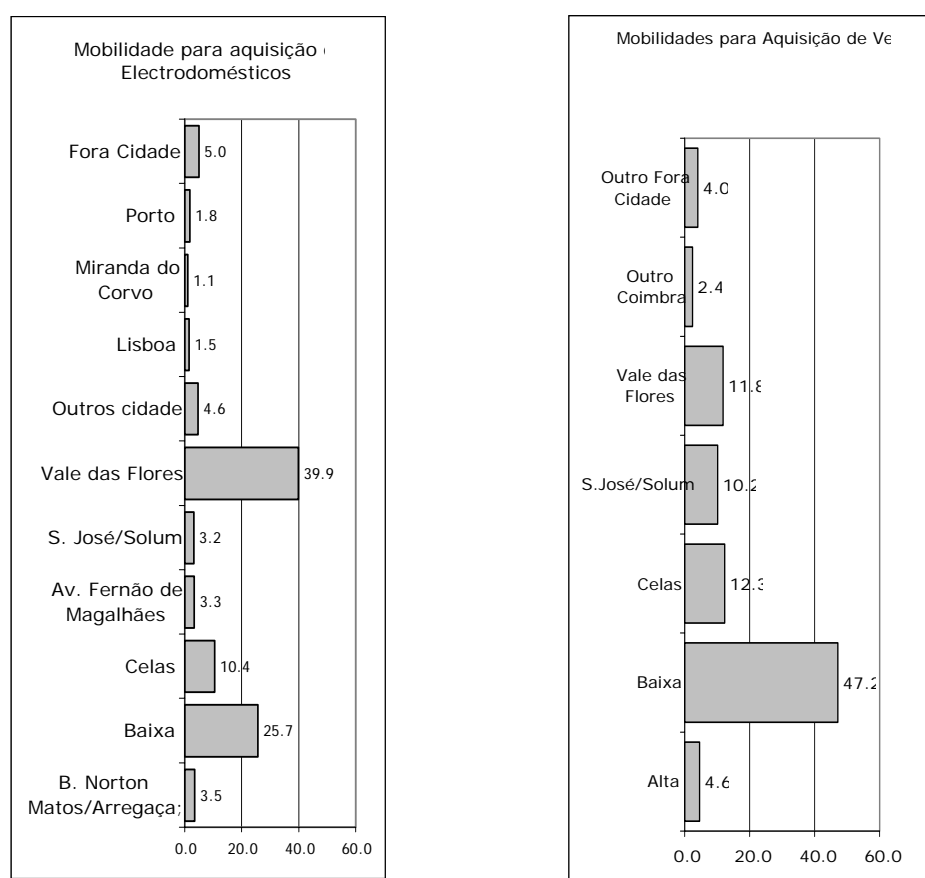


Fig. 12 - Mobilidade, para aquisição de electrodomésticos e vestuário, da população de Coimbra.
Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Variando em função da frequência, da duração e da distância, dependem, em grande medida, dos atributos dos indivíduos (idade, sexo, cultura, situação social, profissão) e da própria organização sócio-espacial. São os movimentos quotidianos de trabalho que “figuram entre os mais bem conhecidos dos movimentos habituais, por três razões: são os mais frequentes e os mais ritmados; ocasionam grandes engarrafamentos de circulação; os recenseamentos de população permitem identificá-los facilmente e

contabilizá-los” (THUMERELLE, 1986, p. 21). Hoje, a vida da população urbana centra-se em três paradigmas que definem o quotidiano das pessoas: o desejo de sedentarização, a procura da qualidade de vida na habitação e a pendularidade dos movimentos. As actividades lúdicas, recreativas ou culturais do indivíduo, o ir buscar os filhos à escola, o seu acompanhamento até ao curso de inglês, de bailado, de música e/ou à explicação e a combinação de horários com o cônjuge impõem uma grande ampliação dos movimentos pendulares da população com ligações diárias aos espaços urbanos.

As mobilidades são muito importantes na actualidade especialmente aquelas que se classificam como movimentos temporários, porque embora não impliquem alteração dos modelos locativos, são responsáveis pela miríade de fluxos que entrecruzam, hoje, os espaços urbanos.

A aquisição de bens e a utilização de serviços (o consumo) são muito importantes enquanto ampliadores de movimentos e enquanto influenciadores do modo como se caracterizam os espaços.

Por exemplo, a aquisição de electrodomésticos (Figs. 12 e 13) apresenta, na população de Coimbra, uma representação diferenciada da cidade relativamente à que está associada à aquisição de Vestuário. Esta diferenciação evidencia as diferenças existentes entre as diversas Áreas Centrais identificadas. Enquanto os locais de venda de Vestuário são percebidos principalmente na Baixa, numa relação evidente com o comércio tradicional, a venda de Electrodomésticos (novos produtos e consumos associados à tecnologia), estão mais relacionados com novas formas comerciais, como sucede com o Vale das Flores. E esta realidade mostra a importância das novas superfícies comerciais que conseguem diminuir significativamente a área de influência dos estabelecimentos tradicionais de venda. Se se analisar a distribuição pontual dos estabelecimentos de venda de Electrodomésticos (Fig. 13), em Coimbra, se bem que o maior número de lojas de electrodomésticos se situe entre a Baixa e Celas, naquele que é o grande eixo de mobilidade da população, a da cidade e a que faz uso dos seus serviços principais (saúde, educação, administração e comércio), são os estabelecimentos do Vale das Flores (associados à grande superfície) que marcam as percepções da população e, por isso mesmo, também, as suas mobilidades.

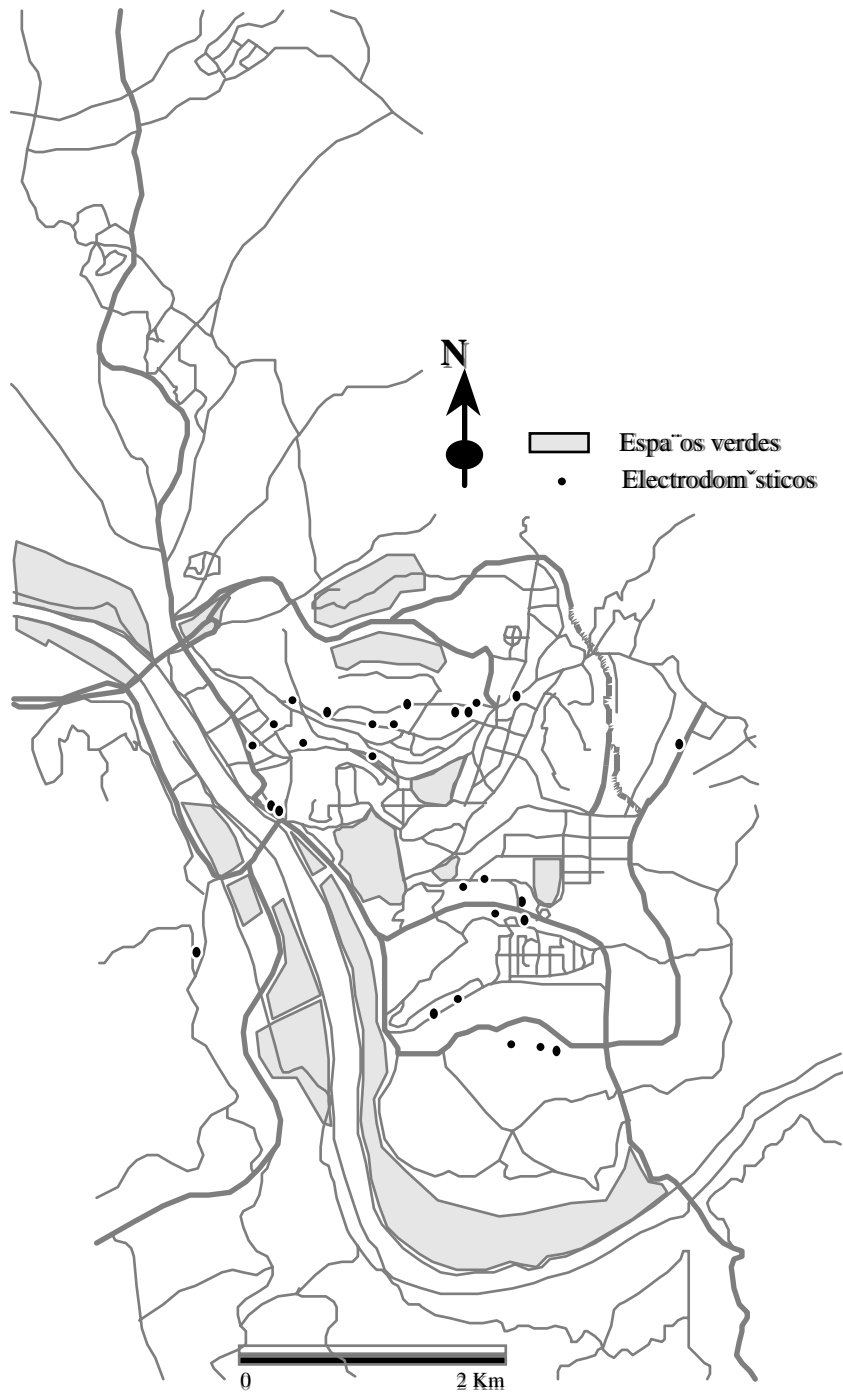


Fig. 13 - Distribuição dos estabelecimentos de venda de Electrodomésticos em Coimbra.
 Fonte: Trabalhos práticos de Geografia das Actividades Terciárias, elaborados pelos alunos em 2002-2003

Os electrodomésticos (Fig. 14) e muitos outros grupos de bens implicam espacialidades de aquisição que vão muito para além do centro urbano de referência. Todavia, os bens tecnológicos parecem ser capazes de ampliar significativamente os percursos a efectuar para a sua obtenção.

Lugares de aquisição de electrodomésticos

Legenda:

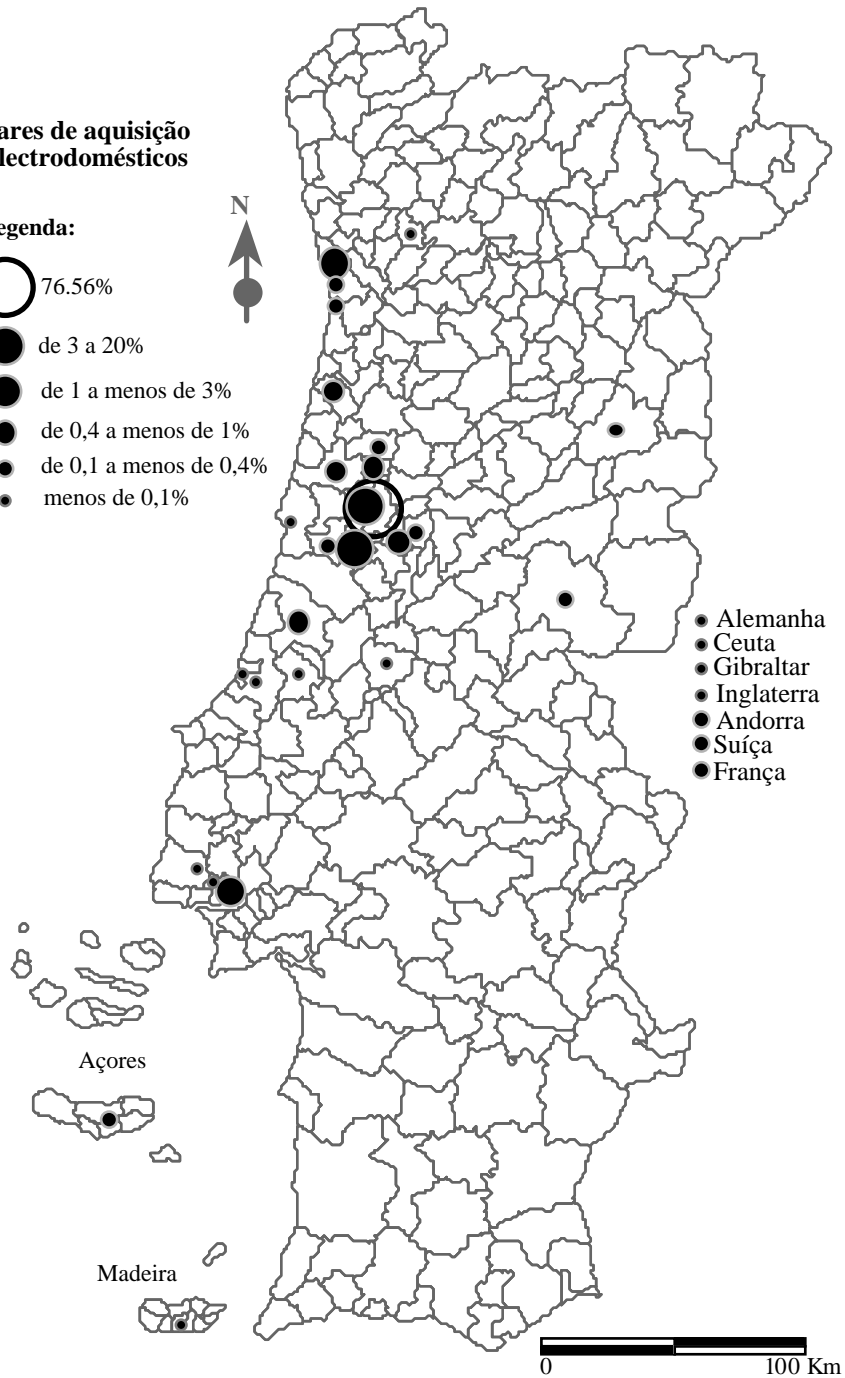
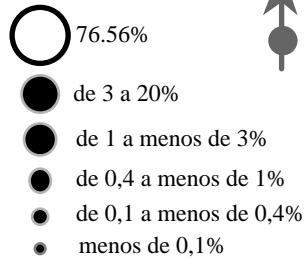


Fig. 14 - Lugares de aquisição de electrodomésticos
Fonte: SANTOS, 2001.

De qualquer modo, é a importância da relação entre a proximidade da residência e a oferta da cidade de Coimbra, que orienta mais de 80% das opções (Fig. 14). “A estrutura urbana é também muito importante na definição dos campos de aquisição de bens, sendo possível definir um campo próximo de aquisição (Condeixa-a-Nova, Cantanhede, Mealhada, Anadia, Penela, Lousã, Soure, Figueira da Foz), um campo intermédio, resultante da hierarquia urbana (Aveiro, Leira, Tomar, Marinha Grande, Alcobaça), e um campo nacional máximo, que valoriza a importância das Áreas

Metropolitanas de Lisboa e do Porto como pólos de atracção comercial” (SANTOS, 2001, p. 496).

Para além destes factores, também o ciclo de vida das pessoas se reflecte na espacialidade de aquisição, com as relações familiares e profissionais a influenciarem o modo como se usa o espaço. “Estas motivam compras em que a mobilidade espacial resultante não depende das características do aparelho comercial do lugar de aquisição, mas sim de um conhecimento prévio directo (por exemplo, dos lugares onde se passou a juventude ou onde se trabalhou durante alguns anos) ou indirecto (por intermédio de amigos ou familiares que, conhecendo bem um determinado nicho de mercado, promovem uma espacialidade de consumo alargada). As compras de electrodomésticos em muitas das vilas e cidades periféricas de Coimbra devem, provavelmente, a sua origem a isso mesmo ou, ainda, à residência anterior ou lugar de naturalidade, tal como sucede com as aquisições que são efectuadas na Guarda, em Castelo Branco, em Ponta Delgada ou no Funchal” (SANTOS, 2001, pp. 496-498).

Outros factores poderiam ser referidos, mas parece evidente que as mobilidades associadas ao consumo vão muitas vezes para além dos limites da aglomeração urbana. Efectivamente, embora integrados num mesmo espaço de vida, nem todos usamos o espaço do mesmo modo.

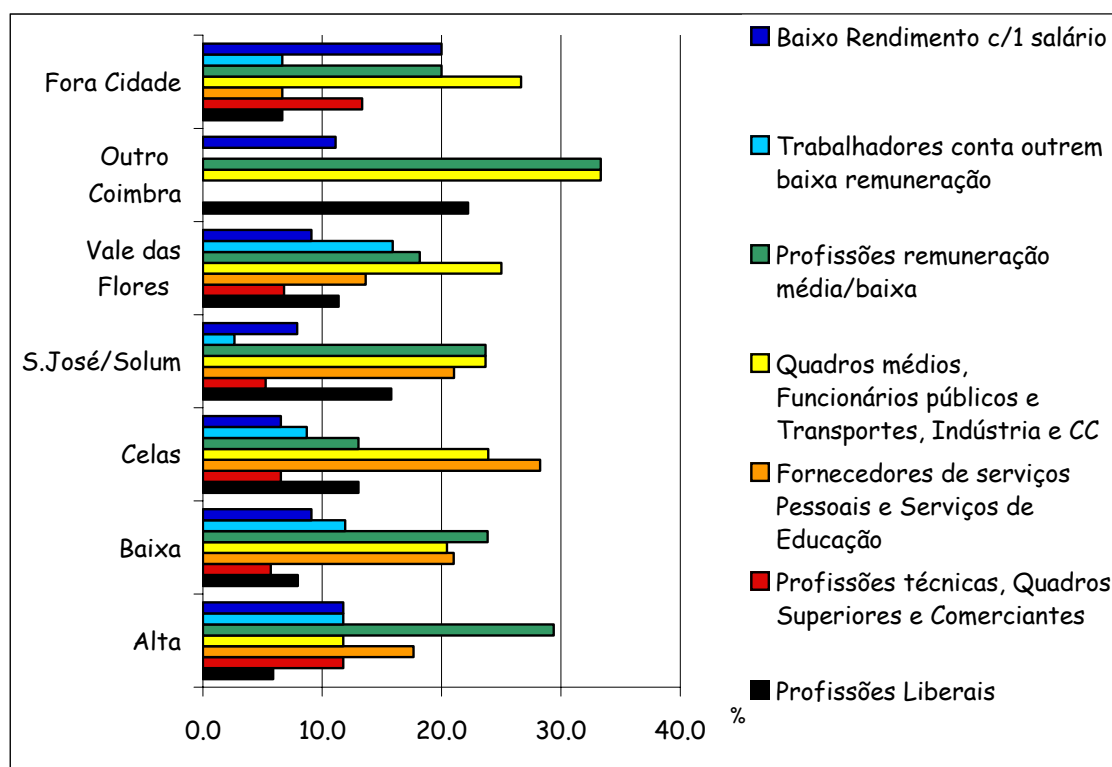


Fig. 15 - Áreas preferenciais de aquisição de bens da população de Coimbra, por grupos sócio-profissionais.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Na verdade, existe um conjunto de filtros da realidade que nos impõe percepções diferenciadas. A profissão é um bom exemplo, já que implica utilizações específicas do

espaço, relações de sociabilidade e organização do tempo. No caso concreto, os diferentes grupos sócio-profissionais (Fig. 15) utilizam a cidade de modos diversos. A Área Central (Baixa) é especialmente utilizada pelas *Profissões de remuneração média/baixa* enquanto Celas tem nos *Fornecedores de serviços Pessoais e de Educação* e nos *Quadros médios* os seus utilizadores modais. Nota-se, pois, uma certa segregação que dá à Baixa um característica mais ecléctica e às outras áreas centrais uma utilização mais classista ou grupal.

Ainda assim, quando se analisa a distribuição de outros tipos de estabelecimentos, as áreas centrais (principais e secundárias) estão sempre presentes.

Em todo este processo de percepção e utilização de espaços diversos que permitem definir o território, as mobilidades são suscitadas pelos mais diversos factores. Se o trabalho é muito importante na pendularidade, nos movimentos ocasionais o lazer é mais significativo.

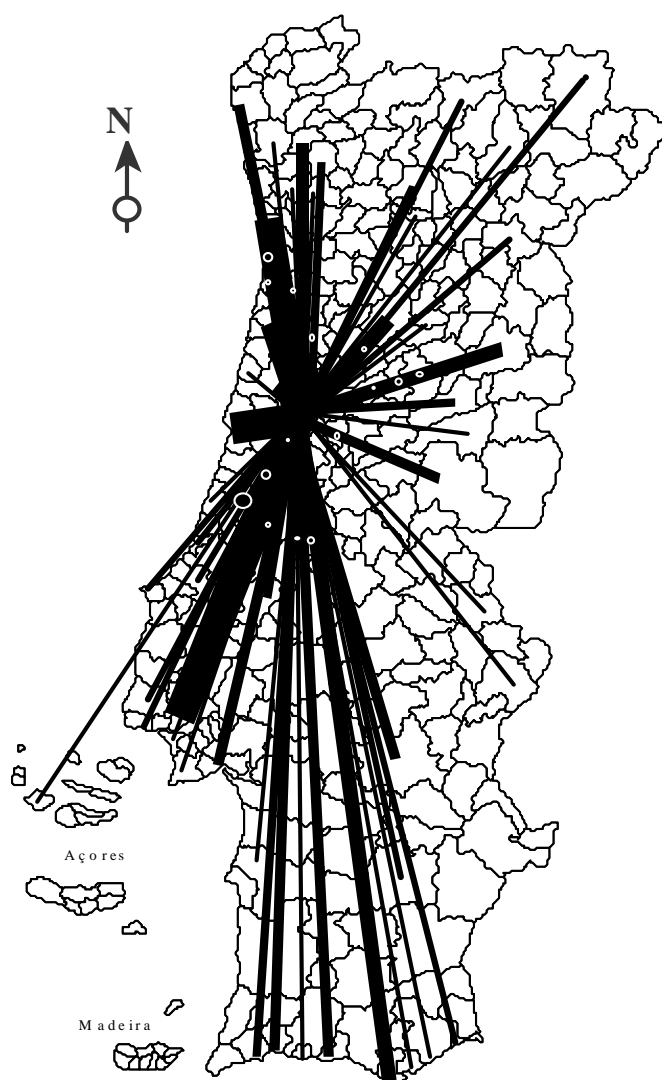


Fig. 16 – Cidades visitadas nos últimos três anos pela população de Coimbra.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e áreas de influência ds cidades médias, 1997

Quando se questiona a população sobre as suas deslocações no território português, pedindo para fazer referência às cidades visitadas durante os últimos três anos é bem visível a profusão de destinos (Fig. 16), com a maioria das cidades a estarem presentes. Isto mostra que, de facto, a mobilidade é uma realidade para grande parte da população e que a diversidade de destinos é cumulativa com essa situação. Todavia, existem canais preferenciais que podem facilmente ser identificados (Fig. 17). Estes canais dependem, em grande medida, das motivações que originam os movimentos interurbanos (Fig. 18).

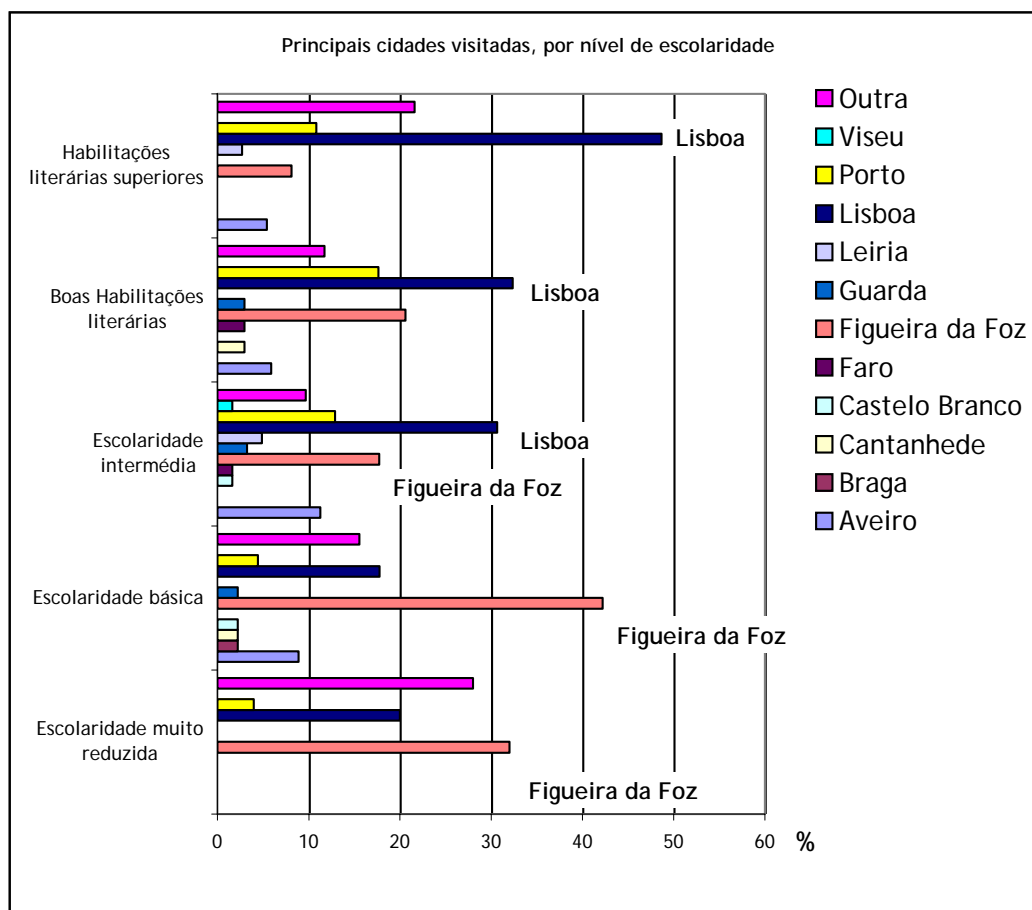


Fig. 17 - Cidades visitadas pelos coimbricenses, nos últimos três anos.
 Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Assim, são as cidades de Lisboa (17,1% do total de referências) e Figueira da Foz que mais atraem a população de Coimbra, imediatamente antes do Porto, de Aveiro, de Leiria e de Viseu (4,3%). São a proximidade e o nível hierárquico urbano que condicionam estas mobilidades, que, todavia, dependem de circunstâncias diversas, com os filtros pessoais a terem um papel fundamental. Tal com nos grupos sócio-profissionais, também, por exemplo, a escolaridade é responsável por percepções que influem no modo como o espaço é usado. Neste caso, é visível que as escolaridades mais baixas estão associadas a campos de mobilidade mais restritos (Figueira da Foz),

enquanto as habilitações literárias superiores se associam a campos de mobilidade muito mais amplos (predominância de Lisboa).

Como é óbvio, a percepção de funcionalidade que as pessoas têm das cidades é também muito importante nas deslocações efectuadas. Neste âmbito, é interessante constatar que o lazer é a razão que motivou 43,9% dos inquiridos (Fig. 18), apresentando-se como um elemento estruturante nos movimentos ocasionais da população. Este impacto social do lazer toma ainda mais significado quando se vê que são as motivações turísticas e comerciais que determinam as deslocações de mais 27% da população.

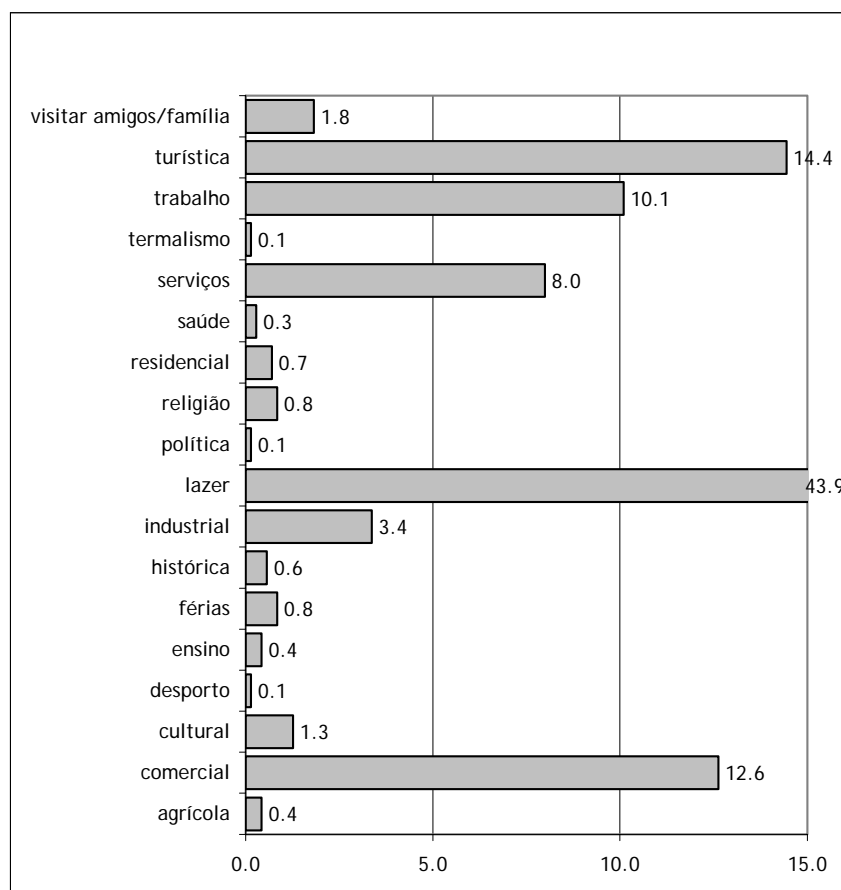


Fig. 18 - Funções ou motivações de deslocação associadas às cidades visitadas pelos conimbricenses, nos últimos três anos.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Depreende-se, então, que para além dos movimentos pendulares de trabalho, dos movimentos promovidos pelo consumo de bens, que tornam as relações urbanas, suburbanas e periurbanas numa miríade de percursos, ganham cada vez mais relevo os movimentos ocasionais que diversificam os itinerários e dá a cada um de nós uma mobilidade que ocupa uma parte significativa da vida das pessoas.

As férias são disso um bom exemplo. Cada vez mais pessoas fazem férias, assumindo-se esse facto como um factor de igualdade social, associada à democratização do consumo. Todavia, esta igualdade é apenas ilusória, já que, devido aos diferentes modos de utilização do espaço, são criadas distinções sociais

significativas. Neste modo de abordagem, surge um estreitamento dos acessos por intermédio da valorização da raridade dos lugares, do seu exotismo e do seu distanciamento em relação aos lugares de práticas quotidianas. Isso pode ser comprovado quando se procura identificar o modo como diferentes grupos sócio-profissionais escolhem os seus lugares de férias (Fig. 19). Com o Algarve a ser o destino de férias mais expressivo para todos os grupos sócio-profissionais, são as *Profissões de remuneração média/baixa e*

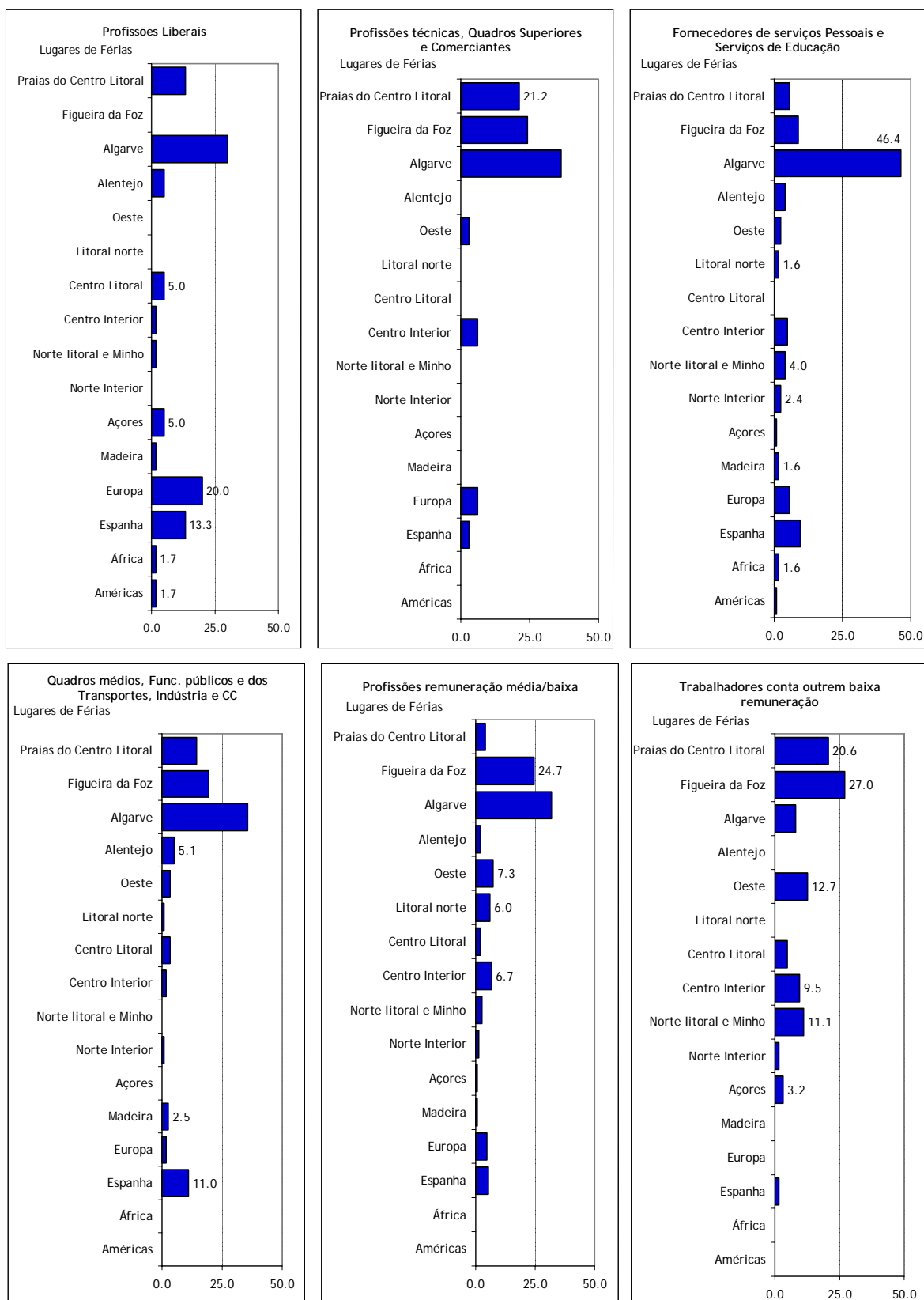


Fig. 19 - Lugares de férias por grupos sócio-profissionais.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

baixa que menos fazem férias no Algarve, a par com as menores percentagens de destinos de férias fora do País. São as *Profissões Técnicas, Quadros Superiores e Comerciantes*, os *Quadros Médios, Funcionários Públicos e dos Transportes* e os *Fornecedores de Serviços Pessoais e Serviços de Educação*, com especial incidência nestes, que mais valorizam o destino de férias Algarve. Por seu lado, os *Profissionais Liberais* apresentam uma utilização diferente dos espaços de férias, com uma redução significativa do Algarve como destino de férias (embora mantendo valores superiores a 27%) e o aumento de destinos fora do País, especialmente a Europa, mas também a África e a América.

Portanto, o espaço de vida, as práticas com ele associado e o espaço vivido (resultado de um amplo conjunto de percepções e respostas sociais condicionadas por filtros diversos) estão presentes nas acções das sociedades e comunidades contemporâneas de uma forma indelével. Esta característica é tão importante que marca o espaço em que vivemos e contribui, por isso mesmo, para o ambiente urbano em que nos integramos.

A PERCEPÇÃO E O AMBIENTE URBANO

A relação entre a percepção e o ambiente urbano deve ter crescente importância em todo o processo de estruturação urbana. Efectivamente, hoje, o planeamento e o ordenamento, têm que ter em consideração não apenas os residentes e os utilizadores, mas também o modo como eles percebem o espaço que os envolve. Dessa percepção depende a maior ou menor agradabilidade do uso do espaço, o ajustamento dos espaços construídos às necessidades, desejos e interesses das pessoas. Quer dizer, “os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não são apenas observadores deste espectáculo, mas sim uma parte activa dela, participando com os outros num mesmo palco” (LYNCH, 1996). Todo este processo de relação e actuação depende, de facto, do modo como nos apropriamos do espaço porque isso é “estabelecer com ele relações afectivas ricas de sentido; uma pessoa gosta de viver lá, de sentir que ele nos valoriza aos olhos das pessoas nossas conhecidas e das nossas visitas, que ele perde o anonimato para se tornar a ‘nossa’ rua” (LACAZE, 1999), o ‘nosso’ bairro, porque “só o utilizador pode validar a adequação das disposições preparadas para si” (LACAZE, 1999).

Falar da relação entre percepção e ambiente urbano é, na verdade, abordar a questão da qualidade de vida urbana. Embora de difícil definição, devido à grandeza dos parâmetros que precisa de envolver, tornou-se muito popular, associada às questões

ambientais e à sustentabilidade do desenvolvimento. A qualidade de vida resultaria então “do julgamento global de um homem ou grupo sobre a sua situação (...). A medida desta qualidade de vida dependeria das condições de existência de cada homem e das suas aspirações (...) nos domínios social e ambiental. Mais precisamente, trata-se de definir os elementos que constituem as condições de *habitat*, de saúde, de inserção na vida activa, de utilização do tempo livre, de vida familiar, sem esquecer os dados mais directamente económicos sobre os rendimentos, os consumos e os patrimónios” (TOBELEM-ZANIN, 1995).

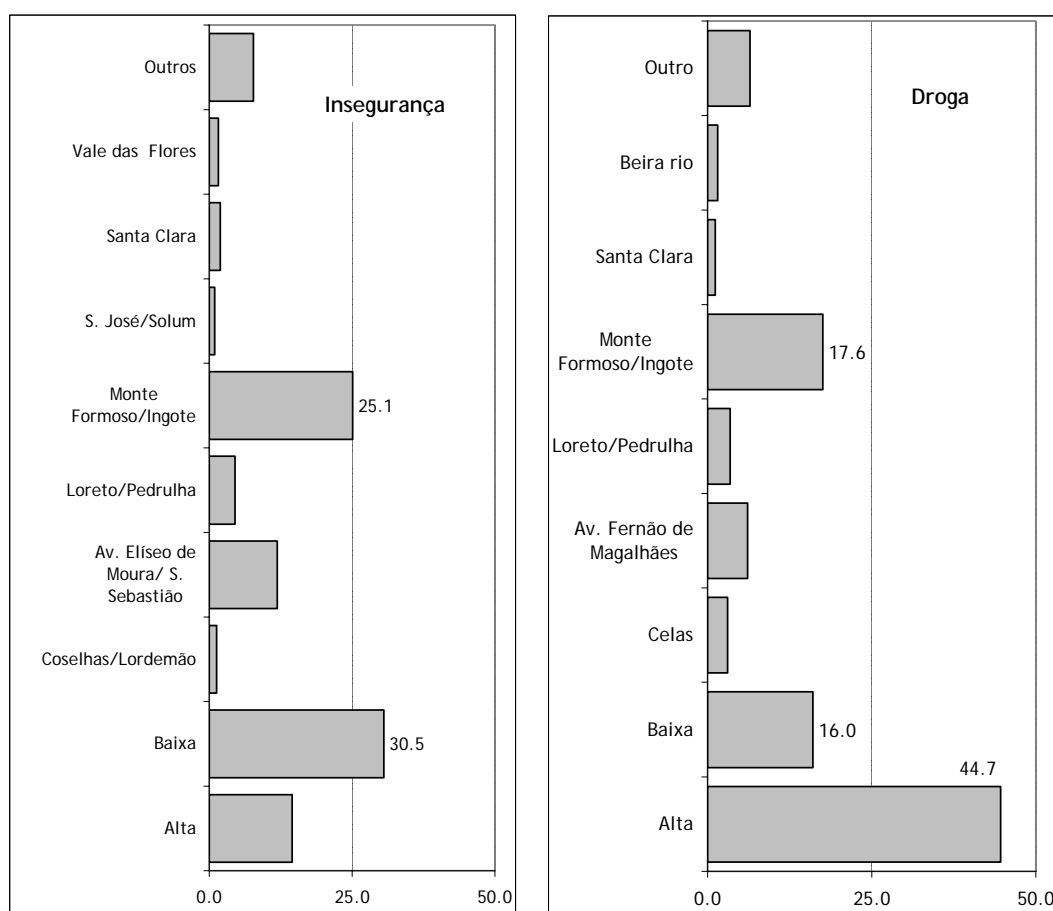


Fig. 20 - Áreas de percepção de *Insegurança* e *Droga* pela população de Coimbra.
 Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Assim, o ambiente urbano é compreendido em função do impacto que provoca na população e, este impacto, resulta do modo como “vemos” a cidade. Interessa, por isso, saber como são caracterizados, pelos seus habitantes, os territórios da cidade de Coimbra.

Como se lê na Fig. 20, a *Insegurança* está associada a duas áreas: Monte Formoso/Ingote e à Área Central. Esta coincide, em parte com a associação, efectuada pelos inquiridos à *Droga* (Fig. 20). Se a relação entre a *Insegurança* e a *Droga*, tal como com a *Pobreza* (Fig. 21), com uma área em que a habitação social é muito

importante e os problemas sociais surgem no dia-a-dia com questões diversas sobre conflitos e disputas parece ser compreensível em termos mapa mental, essa associação é, no segundo caso, extremamente lesiva de uma imagem de atractividade que se possa pretender manter ou valorizar. Se bem que a segregação sócio-espacial dos problemas sociais não pareça ser um modo eficaz de combater esses problemas, tem sido essa a estratégia de muitas das administrações urbanas confrontadas com o fenómeno. Não tendo o intuito de efectuar aqui essa discussão, a verdade é que, normalmente, essas opções de segregação sócio-espacial permitem valorizar socialmente as Áreas Centrais, quando lhe surgem associadas medidas de planeamento urbanístico eficientes; algo que parece faltar ainda no caso de Coimbra, como se denota pela percepção que as populações mantêm dos espaços.

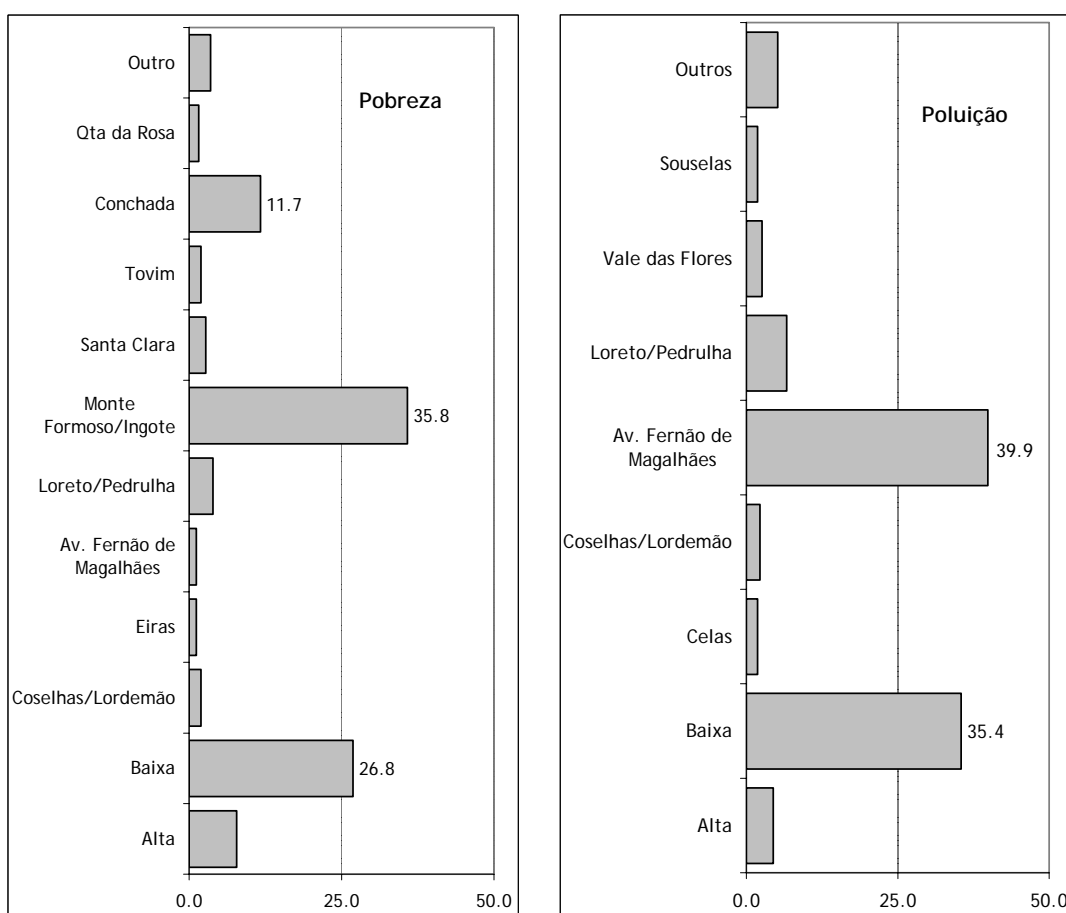


Fig. 21 - Áreas de percepção de *Pobreza* e *Poluição* pela população de Coimbra.
 Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Claro que existem algumas medidas que procuram alterar esta imagem. O PROCOM e actualmente o Polis Coimbra são Programas que permitem uma modificação importante em termos de imagem material e reorganização dos espaços físicos, mas é preciso recriar também a ambiência social. Esta tem directamente a ver com a estrutura etária da população e com a percentagem de construções com a função

habitacional na Área Central da cidade. A criação de nichos de “desertificação nocturna” influi numa não atractividade, que, de facto, precisa de ser ultrapassada, fazendo com que as pessoas vivam esses espaços, quer através da função residencial quer através de outras funções, onde as vertentes cultural e de lazer são muito importantes.

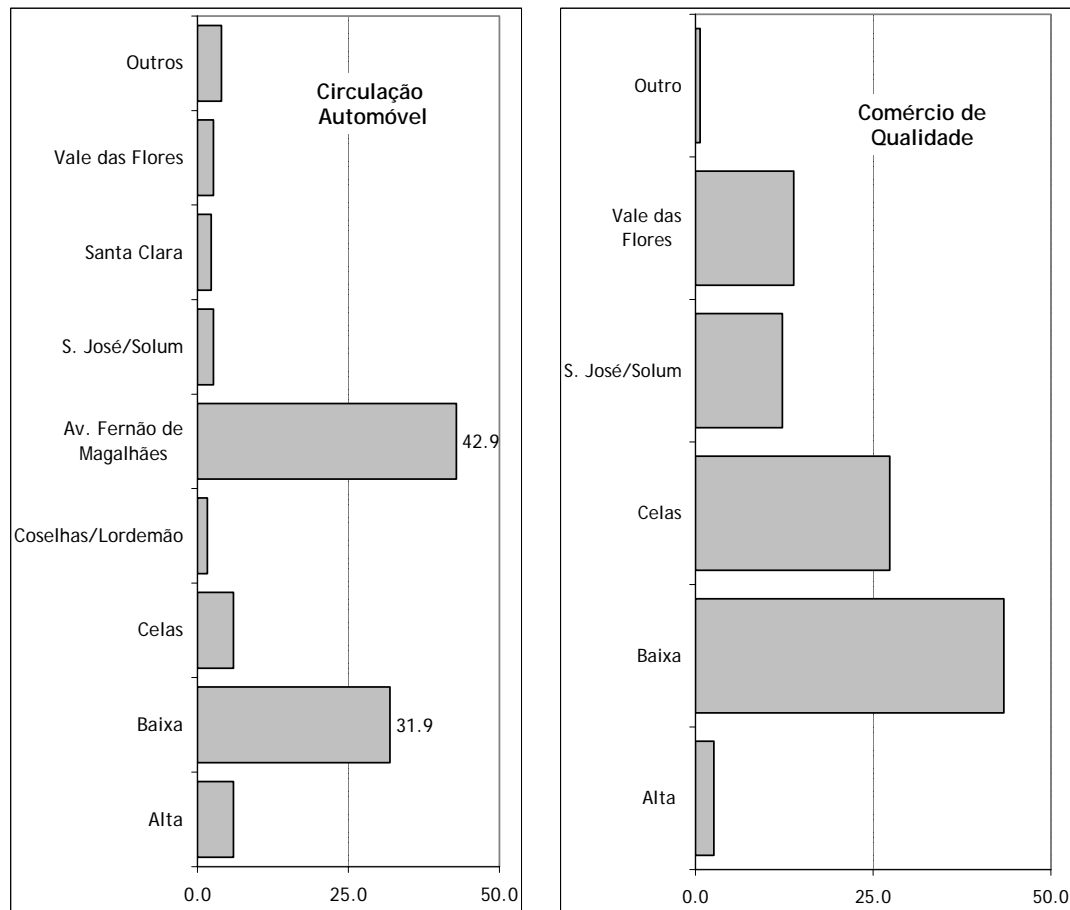


Fig. 22 - Áreas de percepção de *Circulação Automóvel* e *Comércio de Qualidade* pela população de Coimbra.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Se esta vertente social é importante para a preservação ou valorização do ambiente urbano, a vertente logística, material e de preservação ambiental também tem a sua importância. Questões como a *Poluição* (Fig. 21), a *Circulação Automóvel* e o *Comércio de Qualidade* (Fig. 22) pareceram indicadores importantes no complemento da imagem, tida pelos seus habitantes, da cidade de Coimbra. Salienta-se, em todos os indicadores, a presença da Baixa como mosaico urbano de referência, sendo, todavia, a sua extensão norte, a que apresenta especificações mais negativas em termos de *Poluição* e *Circulação Automóvel*. Efectivamente, a Av. Fernão de Magalhães, associada, com certeza, à Casa do Sal e à Rua do Padrão surge como a área percebida como a que integra as características mais negativas em termos de poluição ambiental. Por outro lado, quando se fala de *Comércio de Qualidade*, a Baixa continua a marcar a imagem dos conimbricenses, com o máximo de referências (aproximadamente 40%),

servindo, também, essa qualidade para identificar aquelas que podem ser consideradas como as Áreas Centrais secundárias (Celas, Vale das Flores e Solum).

Esta interpretação, embora muito restrita, do ambiente urbano, é condicionante das opções da população tendo a área de residência, dependendo de alguns outros factores sócio-económicos, grande influência na percepção do espaço vivido. Apenas 20,4% da população de Coimbra refere (Fig. 23) que reside no local que escolheria para viver se não tivesse qualquer tipo de restrições.

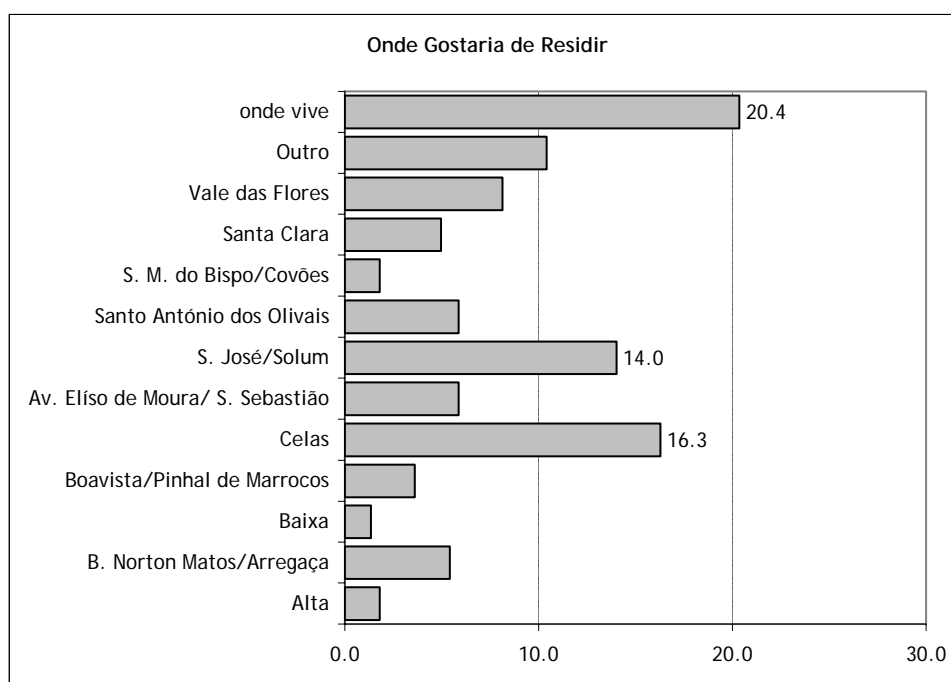


Fig. 24 - Espaço de eleição como área de residência para os habitantes da cidade de Coimbra. Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Isto é sintomático de uma elevada mobilidade residencial intra-urbana. E qual o sentido desta mobilidade? Quando se lê a Fig. 24 é possível verificar que os espaços de eleição são precisamente as Áreas Centrais secundárias (Celas, Solum e Vale das Flores) a que correspondem também os valores mais elevados de uso do solo por m². Quer isto dizer que é nestas áreas que o ambiente urbano é entendido como ideal para quase 40% da população de Coimbra (aos quais podemos juntar uma percentagem significativa dos 20% que afirmam estar na sua área de residência de eleição), o que, em parte, permite explicar os preços praticados na venda de imóveis.

Se se perceber esta caracterização de um modo mais amplo, em termos urbanos, a cidade de Coimbra apresenta uma boa qualidade de vida entre as capitais de distrito do Continente (Fig. 24). “A cidade ideal para viver em Portugal seria aquela que (...) teria o ar puro da Guarda, a habitação económica de Bragança, o emprego de Leiria, a segurança de Castelo Branco, o comércio, os serviços, o poder de compra e o património arquitectónico de Lisboa, a mobilidade e centralidade de Coimbra e o clima de Faro, Lisboa ou Setúbal” (MENDES, 1999). Assim, parece ser possível afirmar que existem todas as condições para caracterizar a cidade como um dos espaços urbanos

mais adequados ao bem-estar da população, devido a um equilíbrio entre os equipamentos existentes, os serviços oferecidos e a satisfação das necessidades e desejos da população servida. Esta é, todavia, uma imagem que pode ser enganadora. Coimbra tem, nos últimos anos perdido alguma da importância que tinha no *ranking* urbano do País. Detendo durante quase todo o século XX uma posição de liderança urbana fora das Áreas Metropolitanas, vê, hoje, outras cidades apresentar atributos que lhes permitem dar melhor resposta às necessidades da vivência quotidiana, urbana e periurbana — como sucede com Braga, Setúbal, Faro e, mesmo com outras cidades mais próximas, Aveiro e Leiria.

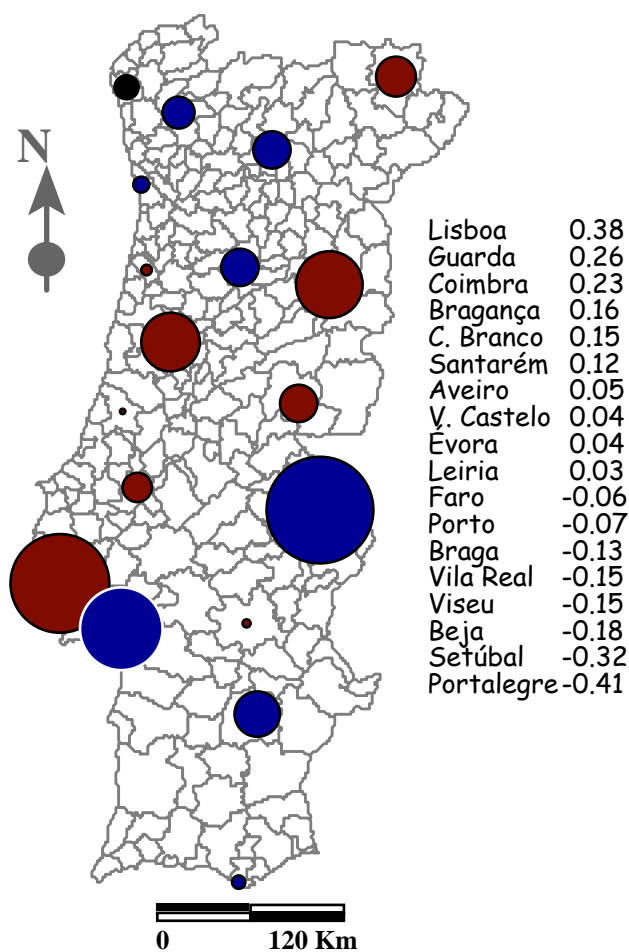


Fig. 25 - Qualidade de vida nas cidades.

Fonte: Onde viver em Portugal. Uma análise da Qualidade de Vida nas Capitais de Distrito
José MENDES, 1999

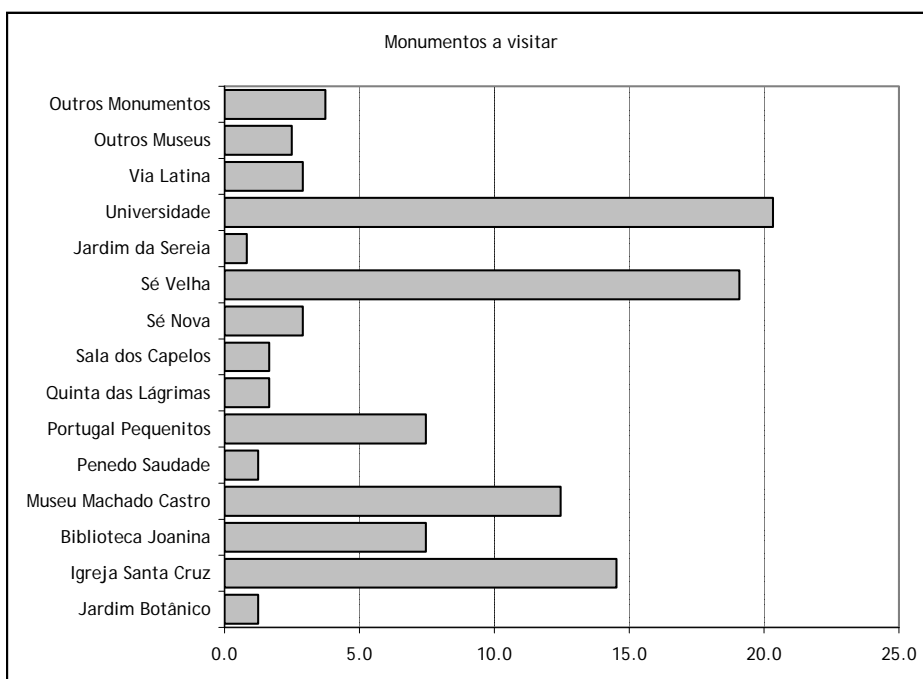


Fig. 26 - Monumentos a visitar na cidade de Coimbra.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

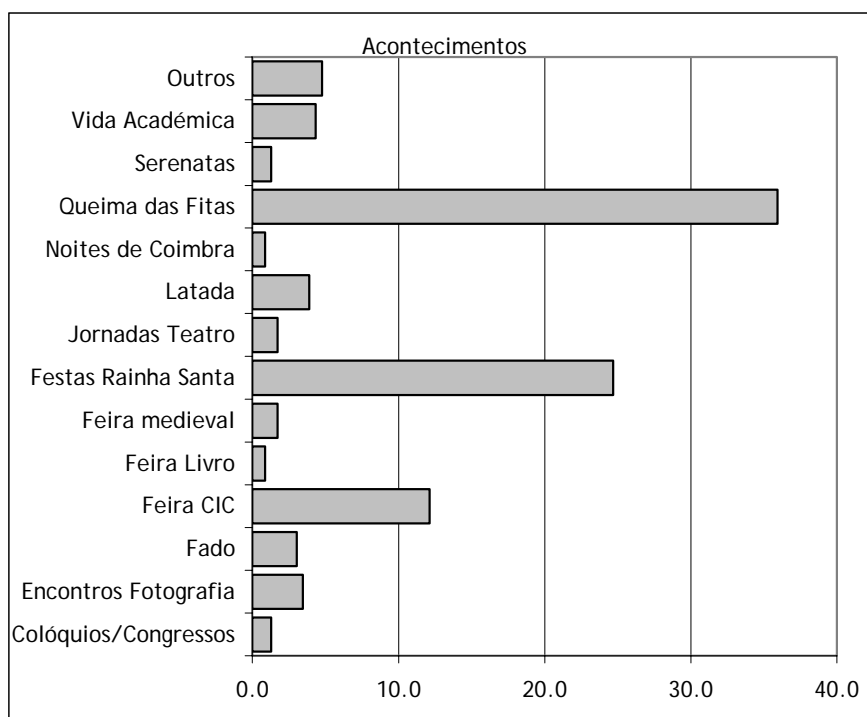


Fig. 27 - Acontecimentos de relevância sócio-cultural e económica na cidade de Coimbra.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

O QUE TEM COIMBRA PARA OFERECER.

Sabendo qual a percepção que a população de Coimbra tem em relação ao seu espaço de vida, ao ambiente urbano onde se insere e uma ideia do posicionamento da qualidade de vida oferecida por esse ambiente urbano no âmbito das cidades portuguesas, é também importante saber o que pensa a população de Coimbra sobre a oferta que pode ser dada pela cidade aos “forasteiros” que procuram a cidade por motivos ocasionais da mais diversa índole.

FORTUNA e SILVA (2002, p. 28) intitulam-na a *cidade dos estudantes*, mas referem que é também conhecida pelo fado, pelo Mondego, pelos amores de Pedro e Inês, pela Universidade, pelo Portugal dos Pequenitos, pelos doutores e futricas, pela Briososa. Estes são, provavelmente, os ícones desta cidade, a que, todavia, também se associa que o seu encanto tamanho acontece na hora da despedida. Talvez resultado da sua centralidade posicional e sustentadora da sua mobilidade, esta iconografia envolve alguma negatividade, porque expressa o afastamento das populações da urbe.

O que tem então Coimbra para oferecer (Figs. 26, 27 e 28)? A cidade apresenta um manancial de monumentos de grande beleza que servem de cartão de visita. Aqueles que são tidos como referência na cidade são (Fig. 26) a Universidade, a Sé Velha, a Igreja de Santa Cruz, o Museu Machado de Castro e a Biblioteca Joanina. Quer dizer, um qualquer périplo por Coimbra deveria integrar estes monumentos como pontos obrigatórios de paragem, definindo-se assim, a Área Central principal (Baixa e Alta) como a imagem da cidade para o forasteiro. Todavia, é também dada grande importância à actividade cultural/lazer, impondo-se esta, de algum modo, como ícone primeiro desta cidade de estudantes. Assim, os acontecimentos mais relevantes da cidade (Fig. 27) é a Queima das Fitas e as Festas da Rainha Santa.

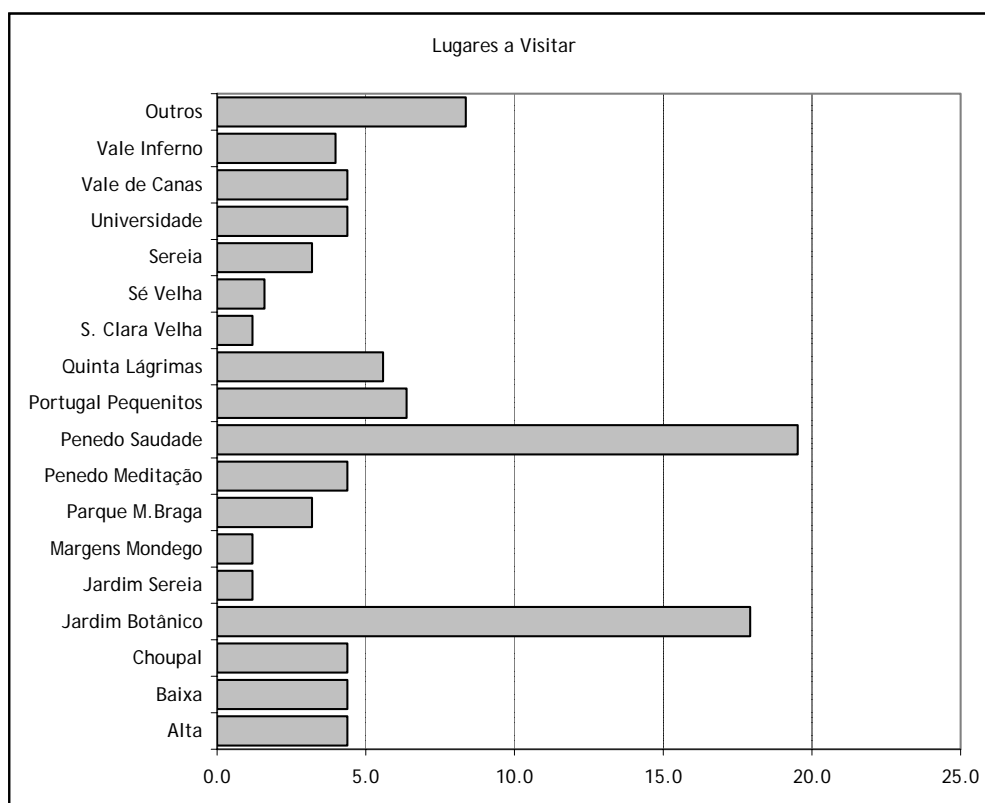


Fig. 28 - Lugares a visitar na cidade de Coimbra.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Ambos atraem milhares de pessoas e permitem um frenesim sócio-económico deveras significativo, que determina uma actividade que se estende por vários meses e se associa àquilo que em Coimbra é referido com *Vida Académica* e que pode estar na base de FORTUNA e SILVA (2002) atribuírem a Coimbra a denominação de *cidade de estudantes*.

Claro que este tipo de referências também evidencia algumas fragilidades. As actividades eminentemente económicas não têm grande reflexo na imagem que a população tem da cidade. Isto é sintomático de um aparelho económico algo desequilibrado que importa reequacionar. O crescimento económico não pode estar em rota de colisão com a capacidade de oferta cultural e de serviços de qualidade (Saúde e Educação). Esta perspectiva é corroborada com a análise dos *Lugares* que a população de Coimbra considera como de visita imprescindível: Penedo da Saudade, Jardim Botânico, Portugal dos Pequenitos e Quinta das Lágrimas.

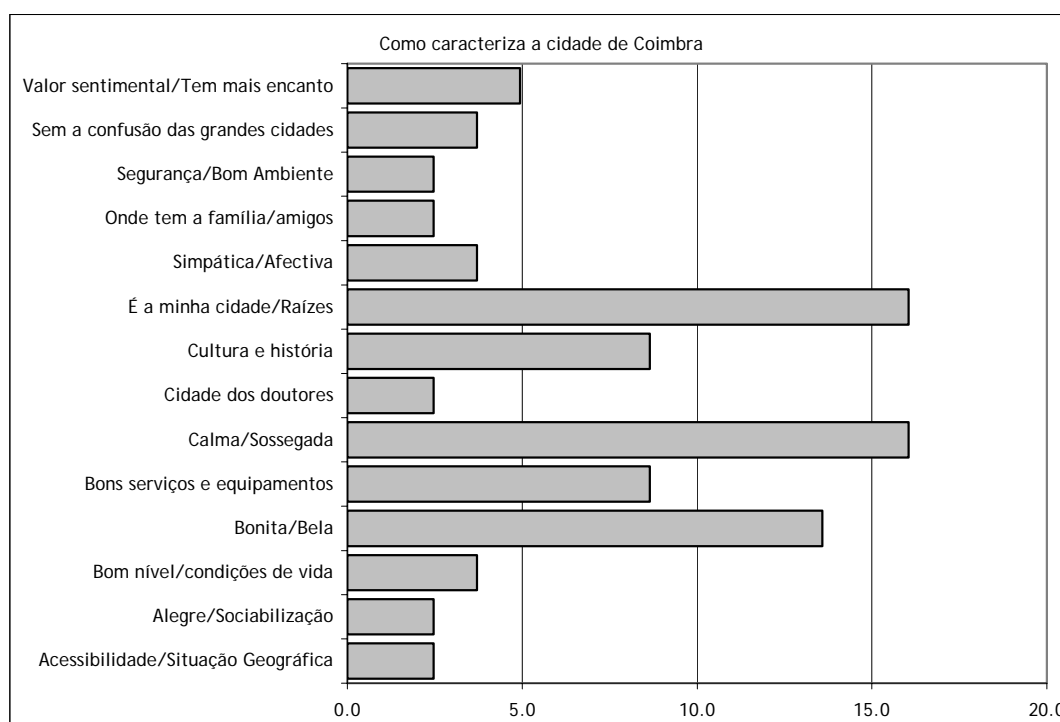


Fig. 29 - Caracterização da cidade de Coimbra pela população residente.

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Não é, pois, de estranhar que a população quando questionada sobre o melhor modo de caracterizar a cidade de Coimbra aponte para a sua *beleza*, a *calma* e o *sossego* de que é possível desfrutar. Obviamente, que o sentimento de pertença — *é a minha cidade/raízes* — é o que mais marca as respostas obtidas, contudo a população de Coimbra tem interiorizada a importância da *cultura* e da *história* na sua cidade, tal como reconhece a *qualidade dos serviços* e dos *equipamentos* existentes. Deste modo,

pode-se afirmar que a qualidade de vida na cidade está associada a quatro parâmetros principais: a reduzida pressão urbana (*calma e sossego*), a relação entre a monumentalidade e os espaços verdes e exteriores de lazer (*bonita e bela*), a qualidade de *serviços e equipamentos* e a ambiência da tradição (a monumental e a imaterial) e cultural existente na cidade (*cultura e história*). Foi ainda pretensão deste estudo saber, com mais pormenor, quais os elementos positivos e negativos a que a população associa a cidade.

Procurou questionar-se a população de modo a estabelecer um *ranking* que identificasse os ícones positivos e negativos da cidade. Dessa abordagem resultou uma leitura (Figs. 30 e 31) que deve permitir aos “gestores do nosso quotidiano” identificar o que aqueles que sentem o resultado das suas acções pensam que deve ser feito para melhorar a vida nesta cidade média que parece não ser capaz de potenciar uma parte significativa da capacidade de inovação e investimento de autóctones e de forasteiros.

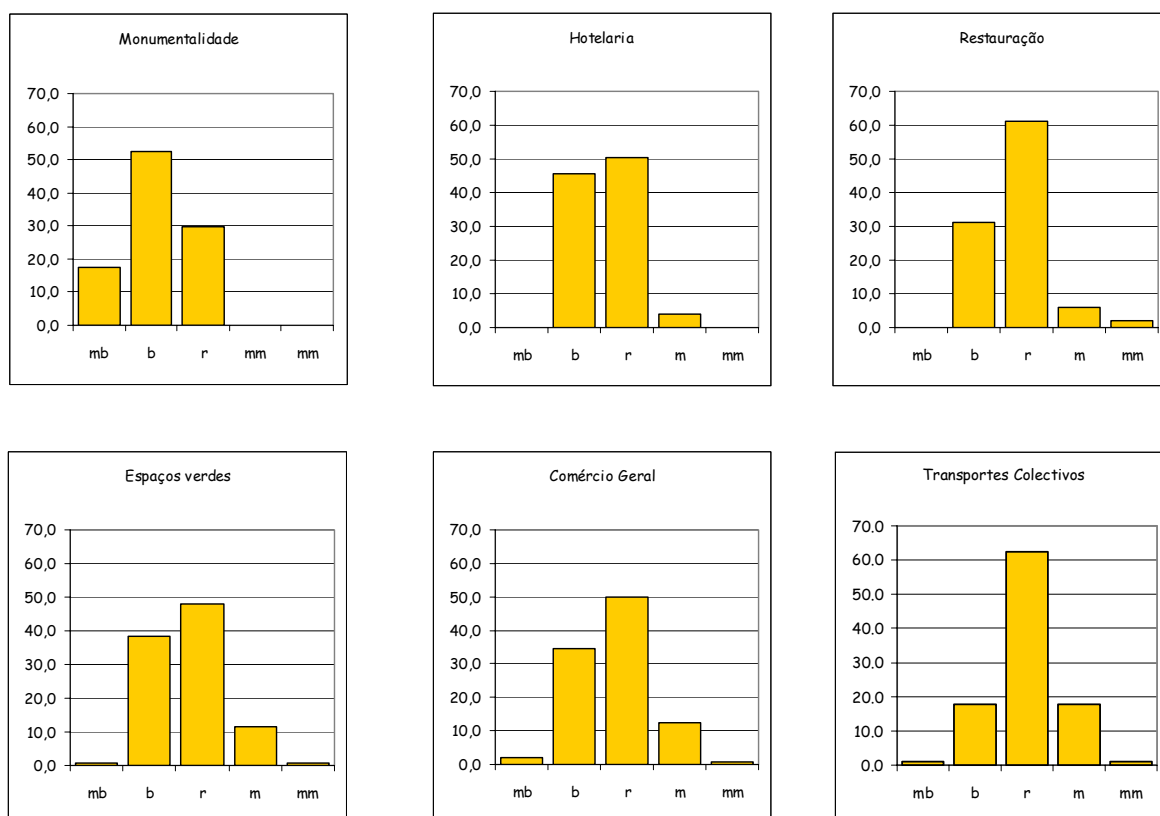


Fig. 30 - O que está bem e o que está mal em Coimbra (1).

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

- O que está muito bem: a *monumentalidade*.
- O que está bem: a *hotelaria* e a *restauração*.
- O que é suficiente: os *espaços verdes* e o *comércio em geral*.
- O que é sofrível: os *transportes colectivos*, o *comércio especializado* e os *equipamentos desportivos*.

- O que é insuficiente: os *concertos de música (Rock)* e os *equipamentos de teatro*.
- O que é mau e muito mau: os *equipamentos e os espectáculos de ballet e ópera*.

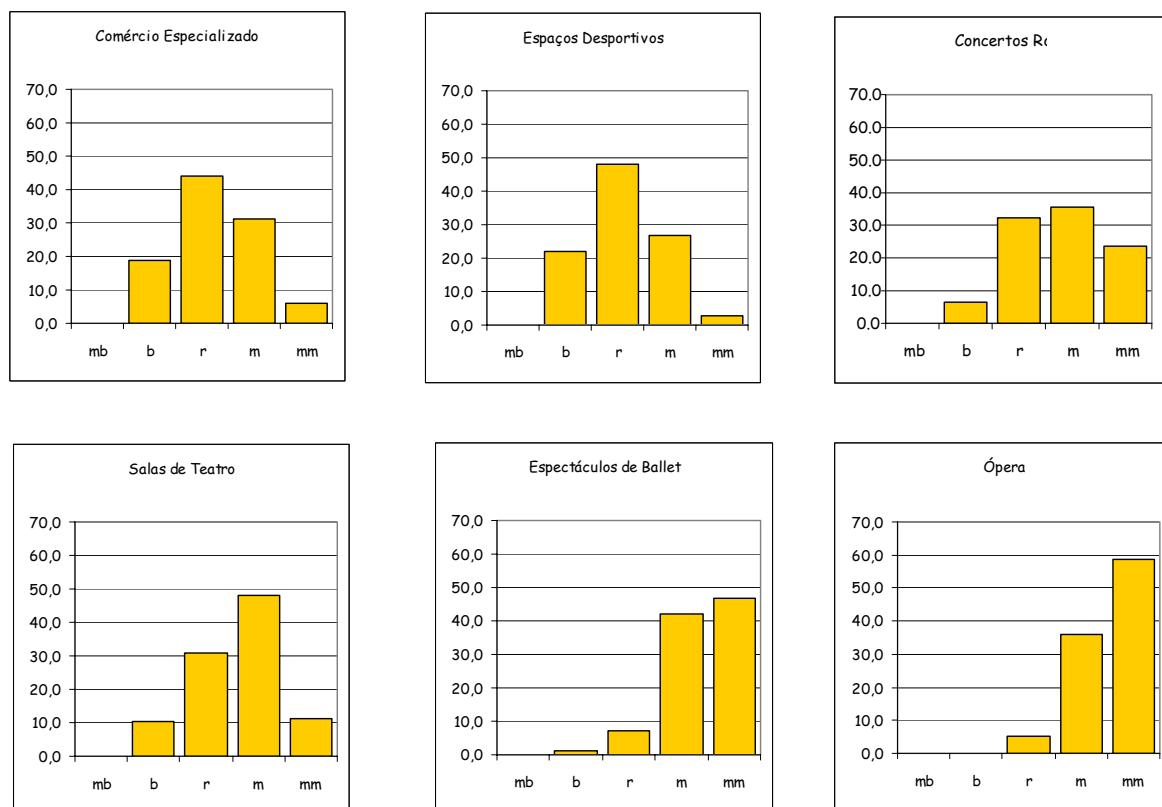


Fig. 31 - O que está bem e o que está mal em Coimbra (2).

Fonte: Inquérito Análise aos estilos de vida, percepção e área de influência das cidades médias, 1997

Esta classificação aqui atribuída merece uma atenção que não pode agora e aqui ser valorizada, porque se impõe um trabalho integrado que permita a valorização de espaços, tempos e percursos (planeamentos e ordenamentos) de modo a potenciar o que está bem, a desenvolver o que apresenta já um valor societal significativo e a estimular o que é sofrível ou pior do que isso. Ainda assim, importa referir que Coimbra é, em 2003, a Capital Nacional da Cultura, o que tem permitido valorizar espectáculos de grande gabarito, mas “deu apenas o peixe a quem também gostaria de ter a cana”. O mesmo é dizer que os equipamentos culturais continuam algo afastados dos investimentos associados à cultura na cidade. Em segundo lugar, os investimentos em infra-estruturas viárias continuam a ser efectuados tardiamente, embora os *interfaces* possam ser identificados com os mais evoluídos a nível de transporte urbano (Ecovia e Pantufinhas, com o *light-train* também muito atrasado relativamente aos projectos iniciais), contribuindo aqueles negativamente para a imagem da cidade, para a qualidade de vida da população e para a captação de investimentos. Quanto à Área Central da cidade, tarda, também, a integração da margem esquerda do Mondego equipada e bem ordenada; adia-se, por isso, a transformação do Rio de barreira em canal de

desenvolvimento. Por último, tardam as acções de urbanismo comercial que dêem à cidade grandes espaços comerciais, de serviços e de lazer com grandes acessibilidades.

Bibliografia:

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (1993) - *Urbanismo: Coimbra: anos 90*. Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

CARDOSO, António Magalhães (2002) – “Valorizações e especulações do solo urbano: o caso de Coimbra”. CAETANO, Lucília (Coord.) - *Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos de Coimbra. Coimbra.

FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (orgs.) (2002) - *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Col. A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização (Dir. Boaventura Sousa Santos). Edições Afrontamento. Porto.

FRÉMONT, Armand (1980) - *A região espaço vivido*. Livraria Almedina. Coimbra.

GAMA, António (1992) - Urbanização difusa e territorialidade local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34. 1ª Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Saber Imaginar o Social, Vol. III. Coimbra

LACAZE, Jean-Paul (1999) - *A cidade e o urbanismo*. Biblioteca Básica de Ciências e Cultura. Instituto Piaget. Lisboa.

LOBO, Manuel da Costa (2001) - *Como planear e gerir áreas centrais das cidades. O caso de Coimbra*.(Policopiado).

LYNCH, Kevin (1996) - *A imagem da cidade*. Arte e Comunicação. Edições 70. Lisboa.

MENDES, José (1999) - *Onde viver em Portugal. Uma análise da qualidade de vida nas capitais de distrito*. Ordem dos engenheiros. Coimbra.

MERENNE-SCHOUMAKER, Bernardette (1996) - *La localisation des services*. Géographie D’Aujourd’hui. Nathan Université. Paris.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1995) - *As cidades médias e o ordenamento do território*. Secretaria de Estado da Administração e Ordenamento do Território, Comissão de Coordenação da Região Centro. Coimbra.

REBELO, João (2002) - Estratégia de desenvolvimento. *Actas do XIV Congresso da Ordem dos Engenheiros*. Coimbra.

SANTOS, Norberto Pinto (2001) - *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Edições Colibri, Centro de Estudos Geográficos de Coimbra. Lisboa.

SECO, Álvaro (2002) - Estratégia de desenvolvimento. *Actas do XIV Congresso da Ordem dos Engenheiros*. Coimbra.

SILVANO, Filomena (2001) - *Antropologia do espaço: uma introdução*. Celta Editora. Oeiras.

THUMERELLE, P.-J. (1986) - *Peuples en mouvement. La mobilité spatiale des populations*. SEDES. DIEM. Paris

TOBELEM-ZANIN, Christine (1995) - *La qualité de vie dans les villes françaises*. Coll. Nouvelles Données en Géographie. Publications de L'Université de Rouen, 208. Rouen.

Fontes:

INQUÉRITO ANÁLISE AOS ESTILOS DE VIDA, PERCEPÇÃO E ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES MÉDIAS (1997).

TRABALHOS PRÁTICOS dos alunos de Geografia das Actividades Terciárias (Geografia), 2002-2003.

www.paginasamarelas.pt